

IJDL

International Journal of DIGITAL LAW

IJDL – INTERNATIONAL JOURNAL OF DIGITAL LAW



Editor-Chefe

Prof. Dr. Emerson Gabardo, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e
Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, Brasil

Editores Associados

Prof. Dr. Alexandre Godoy Dotta, Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, Curitiba – PR, Brasil

Prof. Dr. Juan Gustavo Corvalán, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Editores Adjuntos

Ms. Fábio de Sousa Santos, Faculdade Católica de Rondônia, Porto Velho-RO, Brasil

Ms. Lucas Bossoni Saikali, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, Brasil

Conselho Editorial

Prof. Dr. André Saddy, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil

Prof^o Dr^a Annapa Nagarathna, National Law School
of India, Bangalore, Índia (Presidente)

Prof^o Dr^a Cristiana Fortini, Universidade Federal de
Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Prof. Dr. Daniel Wunder Hachem, Pontifícia Universidade Católica
do Paraná e Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil

Prof^o Dr^a Diana Carolina Valencia Tello, Universidad del Rosario, Bogotá, Colômbia

Prof. Dr. Endrius Cociolo, Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, Espanha

Prof^o Dr^a Eneida Desiree Salgado, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Prof. Dr. Fabrício Motta, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil

Prof^o Dr^a Irene Bouhadana, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, França

Prof. Dr. José Sérgio da Silva Cristóvam, Universidade
Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

Prof^o Dr^a Luísa Cristina Pinto e Netto, University of Utrecht, Utrecht, Holanda

Prof. Dr. Mohamed Arafa, Alexandria University, Alexandria, Egito

Prof^o Dr^a Obdulia Taboada Álvarez, Universidad de A Coruña, A Coruña, Espanha

Prof^o Dr^a Sofia Ranchordas, University of Groningen, Holanda

Prof^o Dr^a Vivian Cristina Lima Lopez Valle, Pontifícia

Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Brasil

Prof. Dr. William Gilles, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, França

Prof^o Dr^a Lyria Bennett Moses, University of New South Wales, Kensington, Austrália

Conselho Especial de Pareceristas

Prof. Dr. Álvaro Sánchez Bravo, Universidad de Sevilla, Sevilla, Espanha

Prof^o Dr^a Aline Sueli de Salles Santos, Universidade
Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins

Prof^o Dr^a Carolina Zancaner Zockun, Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil

Prof^o Dr^a Caroline Müller Bitencourt, Universidade de
Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil

Prof.^a Dr.^a Catarina Botelho, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal

Prof^a Dr^a Cynara Monteiro Mariano, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Prof^o Dr^a Denise Bittencourt Friedrich, Universidade de
Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil

Prof. Dr. Eurico Bitencourt Neto, Universidade Federal
de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura, Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Dr. Fábio Lins Lessa Carvalho, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil

Prof. Dr. Fernando Leal, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Dr. Gustavo Henrique Justino de Oliveira,

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Prof^o Dr^a Irene Patrícia Nohara, Universidade

Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil

Prof. Dr. Janriê Rodrigues Reck, Universidade de Santa
Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil

Prof. Dr. Josep Ramón Fuentes i Gasó, Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, Espanha

Prof. Dr. Justo Reyna, Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé, Argentina

Prof^o Dr^a Lígia Melo de Casimiro, Professora adjunta de Direito
Administrativo Universidade Federal do Ceará, Brasil

Prof. Dr. Luiz Alberto Blanchet, Pontifícia Universidade
Católica do Paraná, Curitiba, Brasil

Prof^o Dr^a Marcia Carla Pereira Ribeiro, Pontifícia Universidade
Católica do Paraná e Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Mário André Machado Cabral, Centro
Universitário 7 de Setembro, Fortaleza, Brasil

Prof. Dr. Maurício Zockun, Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil

Prof. Dr. Rafael Valim, Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil

Prof. Dr. Ricardo Marcondes Martins, Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Valgas, Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Ronaldo Ferreira de Araújo, Universidade

Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas

© 2023 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

FORUM

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o Território Nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

IN61 International Journal of Digital Law – IJDL – ano 1, n. 1
(abr. 2020) – Belo Horizonte: Fórum, 2020.

Quadrimestral; Publicação eletrônica
ISSN: 2675-7087

1. Direito. 2. Direito Digital. 3. Teoria do Direito. I. Fórum.

CD: 340.0285
CDU: 34.004

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira

Capa: Igor Jamur
Projeto gráfico: Walter Santos

Sumário

Contents

EDITORIAL.....	5
<i>EDITORIAL</i>	7

O devido processo tecnológico na prestação de serviços digitais (tratamento de conteúdo digital) sob responsabilidade das *big techs*

The technological due process in the provision of digital services (digital content treatment) under the responsibility of big techs

Ricardo de Holanda Melo Montenegro	9
1 Introdução	10
2 Lacunas regulatória e legislativa para serviços digitais	13
3 Devido processo tecnológico	17
3.1 Panorama internacional sobre regulação de serviços digitais	24
3.2 Exemplo de ausência de transparência no tratamento de conteúdo digital	26
3.3 Proposta de eixos estruturantes para tratamento de conteúdo digital	26
4 Considerações finais	30
Referências	33

Os desafios quanto a preservação da privacidade e da proteção de dados em face dos equipamentos IoT

The challenges regarding the preservation of privacy and data protection in the face of the IoT equipment

Vivian Lima López Valle, Bruna Gavron Barbosa	35
1 Introdução	36
2 A relevância da <i>internet</i> na sociedade de informação	37
3 Os direitos fundamentais à privacidade e à intimidade na Constituição de 1988 ..	39
4 O tratamento de dados por meio da Lei Geral de Proteção de Dados como forma de preservar o direito à privacidade	42
5 A proteção da privacidade nos dispositivos IoT com base na Lei Geral de Proteção de Dados.....	48
6 Caso iRobot – aquisição da iRobot pela Amazon	53
7 Conclusões.....	56
Referências	58

Hipótese de tratamento de dados sensíveis: dado biométrico e relação de trabalho

Sensitive data processing hypothesis: biometric data and work relationship

Rafael Tedrus Bento	63
1 Introdução	64
2 Por existirem dois outros meios de controle de ponto, seria o tratamento de dado biométrico cumpridor do princípio da necessidade?	68
3 O General Data Protection Regulation e o dado biométrico.....	69
4 Conclusão	73
Referências	74

La Inteligencia Artificial: Una herramienta que revoluciona la compra pública

Artificial Intelligence: A tool that revolutionizes public procurement

Juan Francisco Diaz Colmachi	77
1 Introducción.....	78
2 La Inteligencia Artificial	79
3 Aplicación de la Inteligencia Artificial.....	80
4 La Inteligencia Artificial en la contratación pública.....	81
5 Conclusiones	83
Referencias	84

Avances de la administración colombiana en la era digital

Advances of the Colombian administration in the digital age

Augusto Hernández Becerra	87
1 Introducción.....	88
2 Hacia la digitalización de la Administración de Colombia.....	89
2.1 Las primeras leyes	90
2.2 Creación del Ministerio de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones....	90
2.3 La reforma de los procedimientos administrativos en 2011	91
2.4 Leyes contra la corrupción	92
2.5 Legislación sobre publicidad de los actos oficiales.....	94
6 Legislación sobre transparencia	95
4.7 La política de Gobierno abierto o Estado abierto	98
2 En las fronteras de la Inteligencia Artificial	100
3 Conclusiones	103
Referencias	105

SOBRE A REVISTA	107
------------------------------	-----

DIRETRIZES PARA AUTORES	109
--------------------------------------	-----

Condições para Submissões	115
---------------------------------	-----

Política de Privacidade	116
-------------------------------	-----

<i>Author Guidelines</i>	119
--------------------------------	-----

Conditions for submissions	125
----------------------------------	-----

Privacy statement	126
-------------------------	-----

Avances de la administración colombiana en la era digital¹

Advances of the Colombian administration in the digital age

Augusto Hernández Becerra*

Universidad Externado de Colombia (Bogotá, DC, Colombia)
hernandezaugusto@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4929-1916>

Recibido/Received: 02.04.2023/ March 02nd, 2023

Aprovado/Approved: 18.06.2023/ June 18th, 2023

Resumen: El estudio expone la forma como las políticas de modernización informática en la administración pública colombiana se han extendido a dominios tan diversos como la seguridad y privacidad de los datos, la automatización de trámites en línea, la gestión documental y de los contratos estatales, el control de las transacciones y la administración de los impuestos. Inicialmente se refieren los principales hitos de la digitalización de la administración en Colombia, y posteriormente se analiza cómo la digitalización ha conducido a la administración hacia las fronteras de la Inteligencia Artificial. La recolección de fuentes acude a la investigación de tipo bibliográfico, en la cual se registran fuentes normativas nacionales y literatura nacional e internacional sobre administración pública y digitalización de las organizaciones. Se concluye que en Colombia se han dado grandes pasos para avanzar hacia el gobierno digital, y se previene sobre los riesgos de la aplicación de la Inteligencia Artificial en los procedimientos administrativos cuando se trata de decidir sobre derechos humanos.

Palabras-clave: Gobierno digital. Transparencia. Gobierno abierto. Inteligencia Artificial. reforma administrativa.

Abstract: The article exposes the way in which the computer modernization policies in the Colombian public administration have extended to domains as diverse as data security and privacy, the automation of online procedures, document management and state contracts, the control of transactions and the administration of taxes. Initially, the main milestones of the digitization of the administration in Colombia are referred to, and later it is analyzed how digitization has led the administration towards the frontiers of artificial intelligence. The collection of sources goes to bibliographic research, in which national regulatory sources and national and international literature on public administration and digitization of organizations are recorded. It is concluded that in Colombia great steps have been taken to advance towards digital government, and it is warned about the risks of the application of artificial intelligence in administrative procedures when it comes to deciding on human rights.

¹ Como citar esse artigo/How to cite this article: BECERRA, Augusto Hernández. Avances de la administración colombiana en la era digital. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p 87-106, jan./abr. 2023. DOI: 10.47975/digital.law.vol.4.n.1.becerra.

* Doutor em Direito e professor-pesquisador pela Universidade Externado de Colombia.

Keywords: Digital government. Transparency. Open government. Artificial Intelligence. Administrative reform.

Sumario: **1** Introducción – **2** Hacia la digitalización de la administración de Colombia – **2.1** Las primeras leyes – **2.2** Creación del Ministerio de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones – **2.3** La reforma de los procedimientos administrativos en 2011 – **2.4** Leyes contra la corrupción – **2.5** Legislación sobre publicidad de los actos oficiales – **2.6** Legislación sobre transparencia – **2.7** La política de Gobierno o Estado abierto – **3** En las fronteras de la Inteligencia Artificial – **4** Conclusiones – Referencias

“La aceleración de las innovaciones digitales debe ser aprovechada aún más por los países, para que la prestación de los servicios sea más rápida y eficaz. Es el tiempo de dar un salto cualitativo y empezar a trabajar con más intensidad en el uso del big data y la Inteligencia Artificial para predecir, analizar y evaluar, tanto en la formulación como en la directa prestación de servicios públicos.”¹

1 Introducción

La organización, los procesos y los procedimientos de la administración pública contemporánea han sido objeto de profundas y aceleradas transformaciones por efecto de la incorporación de medios tecnológicos avanzados que contribuyen a incrementar la eficiencia en la provisión de bienes y servicios públicos y en el desempeño de las funciones estatales. Esta es la oleada de reformas que ha colocado a la administración pública en la “era digital”.

Al implementar medios tecnológicos avanzados en los campos de la información y la comunicación, los sistemas electrónicos de gestión, las plataformas en línea, las aplicaciones móviles y otras herramientas digitales, las administraciones públicas han logrado automatizar tareas, agilizar trámites, optimizar la comunicación interna y externa, y desarrollar nuevas capacidades institucionales y modelos de servicio público.

De otra parte, el uso de la informática contribuye a garantizar la transparencia en la administración pública. La digitalización de documentos y procesos y su publicidad, permiten un mejor acceso y disponibilidad de la información para los ciudadanos, facilitan la lucha contra la corrupción, promueven la rendición de cuentas, viabilizan la participación ciudadana en la toma de decisiones y promueven una gestión pública más democrática y colaborativa.

En el presente artículo se describe la forma como el Estado colombiano, en sintonía con las tendencias internacionales, ha venido haciendo ese recorrido hacia la digitalización de la administración, y de qué manera las políticas de modernización

¹ CLAD, 2020.

informática le han llevado a dominios tan diversos como la seguridad y privacidad de los datos, la automatización de trámites en línea, la gestión documental y de los contratos estatales, el control de las transacciones y la administración de los impuestos.

El presente artículo se compone de dos partes. La primera describe los principales hitos de la digitalización de la administración en Colombia. La segunda analiza la última etapa de una evolución tecnológica que ha llevado la administración a las fronteras de la Inteligencia Artificial.

2 Hacia la digitalización de la Administración de Colombia

Al terminar el siglo pasado, la administración colombiana dio unos primeros pasos, tímidos e inseguros, dirigidos a la introducción de herramientas informáticas en algunos de sus procedimientos internos y a su aplicación en trámites de los ciudadanos ante la administración, especialmente en lo relacionado con peticiones, quejas, reclamos, recursos, sugerencias y denuncias.

Un claro indicio de esta tendencia fue la creación del Ministerio de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones en 2009. Poco después se dio un paso gigantesco para sumergir a toda la administración en la dimensión digital con la expedición del Código de Procedimiento Administrativo y de lo Contencioso Administrativo en 2011, que normalizó los actos administrativos electrónicos y los expedientes administrativos electrónicos, y consagró el derecho de toda persona a relacionarse con la administración pública utilizando medios electrónicos.

Por aquellos años sucesivas leyes contra la corrupción, sobre publicidad de los actos oficiales y sobre transparencia, coincidieron en acudir a la estrategia informática como medio para dar mayor eficacia a dichas medidas, pues evidentemente las tecnologías digitales no solo masifican la publicidad de la actividad estatal y facilitan el acceso del público a los documentos estatales, sino que, bajo tales condiciones, mejoran los controles y se restringe significativamente la corrupción administrativa.

Más recientemente, a raíz del ingreso de Colombia a la OCDE en 2020, el gobierno adoptó políticas públicas consonantes con las recomendaciones del organismo, enfocadas principalmente a garantizar el acceso ciudadano a la información pública, desarrollar una cultura de integridad pública, consolidar la capacidad institucional de lucha contra la corrupción y la cultura de la legalidad, impulsar iniciativas de innovación pública para consolidar los objetivos de un Estado Abierto y aplicar los Principios de la OCDE sobre Inteligencia Artificial.

2.1 Las primeras leyes

En Colombia se comenzó a legislar para impulsar la modernización administrativa mediante la introducción de la tecnología informática desde la década de los años 1990. Inicialmente la Ley n° 527 de 1999, autorizó la utilización de medios electrónicos para la sustanciación de las actuaciones,² la expedición de los actos administrativos, los documentos, contratos y en general los actos derivados de la actividad precontractual y contractual. Esta Ley n° dispuso, además, que para el trámite, notificación y publicación de tales actos podrían utilizarse soportes, medios y aplicaciones electrónicas.

Posteriormente la Ley n° 962 de 2005 abrió la posibilidad de que la administración,³ en sus trámites y procedimientos, empleara medios electrónicos, al disponer que los organismos y entidades de la Administración Pública debían poner en conocimiento de los ciudadanos los medios tecnológicos de que dispusieron para atender los trámites y procedimientos de su competencia. Así mismo facultó a las entidades estatales para tramitar las actuaciones administrativas mediante la utilización de “soportes, medios y aplicaciones electrónicas”. De otra parte, la Ley n° facultó también a los ciudadanos para presentar peticiones, quejas, reclamaciones o recursos, “mediante cualquier medio tecnológico o electrónico del cual dispongan las entidades y organismos de la Administración Pública”.

2.2 Creación del Ministerio de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones

La Ley n° 1341 de 2009 transformó el tradicional Ministerio de Comunicaciones en el moderno Ministerio de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones, y le asignó la función de coordinar en la administración pública la implementación de la Estrategia de Gobierno en Línea, cuyo objeto ha sido desarrollar un Estado más eficiente, transparente y participativo y habilitarlo para prestar mejores servicios mediante el aprovechamiento de las tecnologías informáticas y comunicativas.

Esta Ley n° determina el marco general de las políticas públicas que rigen el sector de las Tecnologías de la Información y las Comunicaciones, el uso eficiente de las redes y del espectro radioeléctrico, así como las atribuciones del Estado para intervenir, regular y garantizar el libre acceso de todos los habitantes a la Sociedad de la Información. A través del nuevo ministerio el gobierno promueve el uso de

² “Por medio de la cual se define y reglamenta el acceso y uso de los mensajes de datos, del comercio electrónico y de las firmas digitales, y se establecen las entidades de certificación y se dictan otras disposiciones.”

³ “Por la cual se dictan disposiciones sobre racionalización de trámites y procedimientos administrativos de los organismos y entidades del Estado y de los particulares que ejercen funciones públicas o prestan servicios públicos.”

las Tecnologías de la Información y las Comunicaciones, con el fin de fomentar el crecimiento y la competitividad del país.

El sector se modernizó sensiblemente con la Ley n° 1978 de 2019, que introdujo algunas modificaciones a la Ley n° 1341 con el objeto de modernizar el marco institucional, focalizar las inversiones para el cierre efectivo de la brecha digital y potenciar la vinculación del sector privado en el desarrollo de los proyectos asociados. Con estas nuevas medidas se quiso generar seguridad jurídica a las inversiones y facilitar el despliegue de infraestructura de alto costo, enfocando la inversión en la conexión a Internet de la población vulnerable y de escasos recursos, y en las zonas rurales y apartadas del país.

2.3 La reforma de los procedimientos administrativos en 2011

A pesar de que las leyes eran ya suficientemente claras, el Estado permaneció dubitativo ante el desafío cultural de las TICs durante algunos años, hasta la expedición de la Ley n° 1437 de 2011, mediante la cual se adoptó el Código de Procedimiento Administrativo y de lo Contencioso Administrativo. En virtud del principio de celeridad, definido por esta Ley n° en el artículo 3° numeral 13, las autoridades quedaron obligadas a incentivar el uso de las tecnologías de la información y las comunicaciones, a efecto de que los trámites administrativos se adelantaran diligentemente, “dentro de los términos legales y sin dilaciones injustificadas”. Lo que hasta entonces era para el Estado una opción se convirtió en regla general para todos los procedimientos administrativos.

La importancia de la Ley n° 1437 para la modernización del Estado radica en que impuso a la administración la obligación de “adoptar medios tecnológicos para el trámite y resolución de peticiones, y permitir el uso de medios alternativos para quienes no dispongan de aquellos” (artículo 7° numeral 8), como también el deber de contar con una sede electrónica (artículo 60) que le permita realizar sus procedimientos y trámites administrativos a través de medios electrónicos (artículo 63). En consonancia con todo ello, esta Ley n° autorizó que los trámites administrativos pudieran realizarse a través de medios electrónicos, y dispuso que, para garantizar la igualdad de acceso a la administración, la autoridad debía asegurar mecanismos suficientes y adecuados de acceso gratuito a los medios electrónicos, o permitir el uso alternativo de otros medios (artículo 53).

La Ley n° 1437 dejó completamente estructurado el procedimiento administrativo electrónico: las autoridades pueden notificar sus actos a través de medios electrónicos (artículo 56), así como emitir válidamente actos administrativos por medios electrónicos (artículo 57) y organizar todas las actuaciones en expedientes

electrónicos (artículo 59). De otra parte, la Ley nº reconoció en el artículo 54 a todas las personas, y no solo a los ciudadanos, un nuevo derecho, propio de la era tecnológica que estamos viviendo, y que dice así: “Toda persona tiene el derecho de actuar ante las autoridades utilizando medios electrónicos.”

El artículo 67 de esta ley, que describe la forma como se deben realizar las notificaciones personales, prevé que estas puedan hacerse “por medio electrónico”. Se trató en su momento de un cambio muy notable frente a los procedimientos tradicionales, pues la presencia física de la persona, que siempre se exigió para poder realizar la notificación personal de los actos administrativos, y por esa razón se llama así, fue reemplazada, gracias a la magia del internet, por un nuevo tipo de “presencia”, la presencia virtual. A partir de allí se desarrollará la gran transformación cultural de nuestros días, asociada con el fenómeno de la virtualidad, que es la nueva forma de relación interpersonal en numerosos actos de la vida pública y privada.

La utilización de medios electrónicos en los procedimientos administrativos precipitó cambios cualitativos en el funcionamiento general del Estado, pues comenzaron a desaparecer las ventanillas atendidas por funcionarios, las filas de ciudadanos a la espera de realizar sus diligencias, las tradicionales congestiones en las oficinas públicas y las habituales demoras en los trámites oficiales de papel, sellos y firmas.

2.4 Leyes contra la corrupción

Durante algo más de veinte años el Congreso ha expedido leyes motivadas en la intención explícita de combatir la corrupción, mediante la estrategia combinada de transparencia, publicidad, participación ciudadana y utilización creciente de medios informáticos avanzados.

El Código Penal,⁴ por supuesto, regula en el Título XV los delitos contra la Administración Pública, que describen conductas directamente asociadas con la corrupción. La Ley nº 850 de 2003, “Por medio de la cual se reglamentan las veedurías ciudadanas”, las faculta para vigilar tanto la gestión de las autoridades y entidades públicas como el manejo de los recursos públicos, y en desarrollo de sus funciones formular recomendaciones, quejas y denuncias.

Ley nº 1474 de 2011, conocida como “Estatuto Anticorrupción”, dicta medidas para prevenir y erradicar la corrupción pública y privada, endurece las penas relacionadas con los delitos contra la Administración Pública, crea una Comisión Nacional para la Moralización, y establece políticas institucionales y pedagógicas

⁴ Ley nº 599, de 2000, “por la cual se expide el Código Penal”.

de transparencia. Esta normatividad fue reforzada por la Ley nº 1712 de 2014,⁵ que amplía las categorías existentes de personas naturales y jurídicas obligadas, crea nuevos deberes y obligaciones estatales en materia de publicación de información y consolida el sistema de acceso a la información pública.

La Ley nº 2195 de 2022, de transparencia, que ha sido precedida por otras leyes que tratan sobre la misma materia, enfatiza la prevención de actos de corrupción, refuerza la coordinación entre las entidades del Estado responsables de reprimir la corrupción y procurar el resarcimiento de los daños ocasionados. La ley, además, diseña programas de transparencia y ética empresarial, obligatorios para todos los sectores y personas jurídicas de derecho público y derecho privado, y establece un régimen sancionatorio más severo para las empresas, sus representantes y directivos por actos de corrupción.

La Ley nº 2.294 de 2023, “por la cual se expide el Plan Nacional de Desarrollo 2022-2026 ‘Colombia Potencia Mundial de la Vida’”, faculta en el artículo 200 al gobierno nacional para formular una Estrategia Nacional de Lucha Contra la Corrupción, que tendrá como principales componentes la garantía de los derechos humanos, la protección al denunciante, el derecho al acceso a la información pública, el fortalecimiento de la veeduría ciudadana y la transparencia en la contratación y la gestión pública.

El anterior plan nacional cuatrienal de desarrollo, contenido en la Ley nº 1955, de 2019, para el periodo 2018-2022, quizá de manera más contundente proclamó como uno de sus objetivos un “Pacto de cero tolerancia a la corrupción y a la falta de transparencia”, y asignó a la Secretaría de Transparencia, como estrategia para prevenir los riesgos de corrupción, la formulación e implementación de la Política Pública relacionada con “Transparencia, Integridad, Legalidad y Estado Abierto”.

La Estrategia Nacional de Lucha Contra la Corrupción anunciada en el artículo 200 de Ley nº 2294, de 2023, tiene un sabor continuista, pues remite evidentemente a la caudalosa legislación existente en materia de protección de los derechos humanos, acceso a la información pública, veedurías ciudadanas, transparencia en la contratación y lucha contra la corrupción.

El uso de tecnología digital para combatir la corrupción ha sido un tema relevante en los últimos años en América Latina, Colombia incluida. De ahí la creación de plataformas para presentar en línea denuncias de corrupción en forma segura y anónima, y la implementación de sistemas de compras públicas electrónicas para reducir la corrupción en los procesos de adquisición de bienes y servicios. Las políticas de gobierno abierto y de datos abiertos también se han generalizado,

⁵ “Por medio de la cual se crea la Ley nº de Transparencia y del Derecho de Acceso a la Información Pública Nacional y se dictan otras disposiciones.”

pues fomentan la transparencia y permiten a los ciudadanos hacer un seguimiento efectivo de los recursos y las decisiones gubernamentales. Incluso se están usando ya técnicas avanzadas de Inteligencia Artificial y análisis de datos para identificar patrones y detectar posibles casos de corrupción.⁶

2.5 Legislación sobre publicidad de los actos oficiales

El deber de publicidad de los actos oficiales, así como el coetáneo derecho ciudadano de recabar información relativa a informaciones o documentos oficiales, respaldado en la explícita consagración constitucional del derecho de petición, son instituciones que cuentan con antecedentes antiguos dignos de mencionar en la legislación colombiana. Así, por ejemplo, la Ley nº 149, de 1888, reguló en el artículo 357 el derecho ciudadano de acceso a la información, y el artículo 334 de la Ley nº 4, de 1913, reiteró la garantía del derecho de petición.

Posteriormente el Decreto nº 2.733, de 1959, reglamentó el procedimiento que debía seguirse para garantizar el derecho de petición, a propósito del cual aseveró que su efectivo ejercicio obraba “en provecho común de los gobernados y de los gobernantes”. Años más tarde el Decreto nº 1, de 1984, consagró y reguló entre otros principios el de publicidad de todos los actos del Estado, además del derecho a la información. La Ley nº 57, de 1985, robusteció el principio de publicidad de los actos y documentos oficiales y el derecho de petición. La Constitución de 1991 reitera estos principios, además de los de prevalencia del interés general, igualdad, moralidad, eficacia, economía, celeridad, imparcialidad y participación.⁷

La citada Ley nº 1.437, de 2011, consagra, al lado del principio de transparencia, el de publicidad, que es instrumento y condición necesaria de aquella. Si la administración no estuviera sujeta al deber de informar, los ciudadanos difícilmente podrían tener noticias de su actividad, como requiere el principio de transparencia. El artículo 3º de esta ley nº fija el principio de publicidad de las actuaciones y procedimientos administrativos en los siguientes términos:

(...) 9. En virtud del principio de publicidad, las autoridades darán a conocer al público y a los interesados, en forma sistemática y permanente, sin que medie petición alguna, sus actos, contratos y resoluciones, mediante las comunicaciones, notificaciones y publicaciones que ordene la ley, incluyendo el empleo de tecnologías que permitan difundir de manera masiva tal información de conformidad con lo dispuesto en este Código. Cuando el interesado deba asumir

⁶ CAF, 2022.

⁷ A propósito de los partidos y movimientos políticos, el artículo 107 de la Constitución establece que estarán sujetos a los principios rectores de transparencia y moralidad, entre otros.

el costo de la publicación, ésta no podrá exceder en ningún caso el valor de la misma.

La disposición transcrita transforma el principio de publicidad en un deber estatal de permanente información sobre sus actividades y, en especial, de sus decisiones. Las autoridades deben, por tanto, dar a conocer “sus actos, contratos y resoluciones”. Quiere la ley que esta función difusiva de lo que hace la administración sea constante y sistemática, es decir, que no se produzca simplemente como reacción a requerimientos de los ciudadanos, ni que los datos oficiales fluyan solo como respuesta a las demandas particulares, sino que las autoridades los suministren sin restricción y espontáneamente.⁸

El derecho de acceso a la información o a los documentos que se encuentren en poder de las autoridades no puede ser desconocido ni condicionado discrecionalmente por estas. En relación con esta importante cuestión ha precisado la Corte Constitucional que únicamente es legítima una restricción del derecho de acceso a la información pública o el establecimiento de una reserva sobre determinadas informaciones o documentos cuando lo autorice expresamente la Constitución o la ley.⁹

6 Legislación sobre transparencia

El derecho de acceso a la información y, por ende, la aplicación de los principios de transparencia y publicidad, contribuyen al control ciudadano sobre las agencias estatales al obligarlas a publicitar y explicar las decisiones adoptadas y el uso que le han dado al poder y a los recursos públicos, y son por tanto valiosos instrumentos para combatir la corrupción y dar eficacia al principio de legalidad.¹⁰

En consonancia con el artículo 74 de la Constitución, relativo al derecho a la información, según el cual “Todas las personas tienen derecho a acceder a los documentos públicos salvo los casos que establezca la ley”, la actividad entera del Estado debe ser visible para todos los ciudadanos, como si se desarrollara dentro de una urna de cristal. Nada que sea de interés público, y ninguna de las conductas de los funcionarios que se origine en el ejercicio de sus atributos, puede permanecer vedado al conocimiento de la sociedad.

Del acceso a la información y a la circulación de datos, en la sociedad democrática, se predicen dos reglas de oro, de una u otra manera consagradas en las Constituciones: la información sobre el Estado es (o debe ser) pública, en

⁸ Es lo que la Ley nº de Transparencia 1712 de 2014 denomina en el artículo 3º “principio de la divulgación proactiva de la información”.

⁹ COLOMBIA, 2006.

¹⁰ COLOMBIA, 2010.

tanto que la información sobre las personas es privada o reservada. La primera se rige por el principio de transparencia, la segunda por el derecho denominado de *habeas data*.

La reserva sobre la información relativa al Estado es excepcional. En cambio, la reserva sobre la información de las personas es la regla general. Es por estas razones que únicamente la Ley n° puede indicar en qué casos la información pública es reservada, y cuándo la información privada puede trascender al conocimiento de terceras personas.

La Ley n° 1.581. de 2012, sobre protección de datos personales o *habeas data*, consagra el principio de transparencia en los siguientes términos:

e) Principio de transparencia: En el Tratamiento debe garantizarse el derecho del Titular a obtener del Responsable del Tratamiento o del Encargado del Tratamiento, en cualquier momento y sin restricciones, información acerca de la existencia de datos que le conciernan.

Por las dos vías, la de la publicidad de la información pública, y la privacidad de los datos personales, se defienden las libertades públicas y, por ende, la democracia. No seríamos libres si el Estado pudiera, legalmente, ocultar al público sus maquinaciones o mentirle sobre lo que ocurre en sus oficinas. Tampoco sería posible la libertad si los poderes de escrutinio y vigilancia estatales estuvieran legitimados para invadir la vida privada de las personas o para extenderse a las reconditeces de nuestro pensamiento.

Aun cuando el principio de transparencia solo será objeto de regulación explícita en leyes de reciente expedición, hizo precoz aparición en la Ley n° 80, de 1993, Estatuto General de Contratación de la Administración Pública, que en el artículo 23 lo incluyó entre los principios de la contratación administrativa. El artículo 24 de esta Ley n° enuncia fugazmente el principio de transparencia para hacerlo consistir en la regla conforme a la cual “La escogencia del contratista se efectuará siempre a través de licitación o concurso públicos”.

La transparencia irrumpió en leyes posteriores con notable énfasis y reiteración. Así, por ejemplo, la Ley n° 1.437, de 2011, “por la cual se expide el Código de Procedimiento Administrativo y de lo Contencioso Administrativo”, aborda la transparencia como principio y la instrumenta mediante varios mecanismos que buscan darle eficacia.

La Ley n° 1.474, de 2011,¹¹ estatuto anticorrupción, regula prolijamente la eficiencia y la transparencia en el Título I, que con detalle fija las condiciones y

¹¹ “Por la cual se dictan normas orientadas a fortalecer los mecanismos de prevención, investigación y sanción de actos de corrupción y la efectividad del control de la gestión pública.”

requisitos que se aplican a las distintas modalidades de selección de los contratistas y a los distintos tipos de contratos, da renovado impulso a la contratación pública electrónica y reorganiza e integra los distintos sistemas de información, registro y gestión contractual pública. Esta ley, además, impone a las entidades públicas la obligación de publicar información veraz, responsable, ecuánime, suficiente y oportuna sobre los proyectos de pliegos de condiciones y estudios previos, con el propósito de permitir a todos los interesados formular observaciones a su contenido.

Mediante el Decreto nº 4.170, de 2011, el gobierno nacional creó la Agencia Nacional de Contratación Pública – Colombia Compra Eficiente, entidad descentralizada que impulsa políticas públicas orientadas a la organización y articulación de los participantes en los procesos de compras y de contratación pública, con el fin de lograr una mayor eficiencia, transparencia y optimización de los recursos del Estado. En cumplimiento de esta misión, la Agencia administra el *Sistema Electrónico de Contratación Pública – SECOP*, que es una plataforma transaccional por medio de la cual compradores y proveedores pueden realizar, enteramente en línea, el proceso de contratación con el Estado.¹²

Por su parte, el Decreto nº 19, de 2012,¹³ estatuto antitrámites, invoca en sus considerandos la transparencia como principio afín al postulado de buen gobierno y a los principios de eficiencia, equidad, eficacia, economía y moralidad pública, como medios necesarios para racionalizar los trámites, procedimientos y regulaciones.

También la Ley nº 1551, de 2012, proclama en el literal f) del artículo 4º, sobre principios rectores del ejercicio de la competencia municipal, los principios de responsabilidad y transparencia, en virtud de los cuales los municipios asumirán las competencias a su cargo “garantizando su manejo transparente”.¹⁴ Agrega la norma que, en desarrollo de este principio, las autoridades municipales promoverán el control ciudadano de las actuaciones de la administración “a fin de prevenir la ocurrencia de actos de corrupción relacionados con la ejecución del presupuesto y la contratación estatal”.

La Ley nº 1.712, de 2014, “Por medio de la cual se crea la Ley nº de transparencia y del derecho de acceso a la información pública nacional y se dictan otras disposiciones”,¹⁵ impuso a todas las entidades públicas, entre otras, las obligaciones de : poner a disposición del público, en la página web, toda la información institucional y proveer apoyo y asistencia en relación con trámites y

¹² COLOMBIA, [2023].

¹³ “Por el cual se dictan normas para suprimir o reformar regulaciones, procedimientos y trámites innecesarios existentes en la Administración Pública.”

¹⁴ “Por la cual se dictan normas para modernizar la organización y el funcionamiento de los municipios.”

¹⁵ El Decreto nº 1.081, de 2015, reglamenta la Ley nº 1.712, de 2014, establece los lineamientos para la implementación del derecho de acceso a la información pública y dispone sobre la clasificación de la información, los procedimientos de solicitud de información y las excepciones al acceso a la información.

servicios que se presten por medios electrónicos y presenciales; desarrollar criterios diferenciales de accesibilidad que permitan a poblaciones específicas acceder a la información pública en sus diversos idiomas y lenguas, así como a la población en condición de discapacidad; publicar las contrataciones en curso con un vínculo al sistema electrónico para la contratación pública; asegurar que sus sistemas de información electrónica estén alineados con la estrategia de *Gobierno en Línea*.¹⁶

El diseño, promoción e implementación de la política pública de acceso a la información pública está a cargo de la Secretaría de Transparencia de la Presidencia de la República, el Ministerio de Tecnología de la Información y Comunicaciones, el Departamento Administrativo de la Función Pública (DAFP), el Departamento Nacional de Planeación (DNP), el Archivo General de la Nación y el Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE).¹⁷

4.7 La política de Gobierno abierto o Estado abierto

La teoría del gobierno abierto o del Estado abierto propone modernizar la administración pública para, por medio de las tecnologías de la información y las comunicaciones, lograr objetivos de eficiencia, transparencia, lucha contra la corrupción, participación ciudadana y consolidación del sistema democrático.

El modelo de gobierno abierto o de Estado abierto viene a ser una de las más recientes iniciativas globales de reforma de la administración, promovida al unísono por el gobierno de los Estados Unidos, la ONU, el CLAD, la CEPAL y la OCDE, además de organismos multilaterales de crédito, e instituciones académicas, científicas y empresariales. El concepto de gobierno abierto recoge experiencias, buenas prácticas, políticas públicas y normas que han demostrado ser eficaces para mejorar la gestión gubernamental, relegitimar las instituciones democráticas y apuntalar el estado de derecho, mediante el uso intensivo de las tecnologías de la información y las comunicaciones, y el diseño y ejecución de políticas de transparencia y participación ciudadana.

Entre los principales antecedentes de esta doctrina pueden citarse: (i) la Alianza para el Gobierno Abierto (AGA) (Open Government Partnership – OGP), nacida en 2007 como una idea del Presidente de los Estados Unidos, Barack Obama, que se formalizó en 2011 para convertirse en una iniciativa multilateral que agrupa a gobiernos e instituciones de la sociedad civil; (ii) la Agenda 2030 adoptada por la Asamblea General de las Naciones Unidas en septiembre de 2015, integrada por

¹⁶ BECERRA, 2022.

¹⁷ Entre muchas otras páginas web sobresalen en las políticas de gobierno en línea y transparencia: <http://www.anticorruptcion.gov.com>, <http://www.contratacionenlinea.com>, www.colpensiones.gov.com, www.defensajuridica.gov.com, <http://www.atencionyreparacion.gov.co>, <http://www.portalterritorial.gov.com>, <http://www.banrep.gov.com>, <http://www.creg.gov.co>, <http://www.dps.gov.com> etc.

17 objetivos para el desarrollo sostenible (ODS), entre los cuales se destaca el objetivo 16, que plantea una reforma del Estado para una gestión pública eficaz,¹⁸ mediante la transparencia, el acceso a la información, la rendición de cuentas públicas, la participación ciudadana y la colaboración para la innovación.

De acuerdo con la OCDE, las estrategias de Gobierno Abierto son necesarias para recuperar la confianza de los ciudadanos y promover la democracia y el crecimiento”.¹⁹ La OCDE enumera como reformas necesarias de gobierno abierto, las siguientes: (i) Constituciones nacionales, (ii) libertades de expresión, información y prensa, (iii) leyes de participación ciudadana, (iv) leyes de libre acceso a la información pública, (v) leyes de transparencia, (vi) leyes de integridad, (vii) leyes de rendición de cuentas, (viii) leyes sobre archivos nacionales.

Por su parte la CEPAL sostiene que el gobierno abierto es una “nueva forma de gobernar” para, con y a través de los ciudadanos, que fortalece la nueva “ecuación entre el estado, el mercado y la sociedad.” Según la visión de este organismo, el gobierno abierto reconfigura el Estado y fortalece la democracia porque sintoniza con la cultura digital, la cual prefiere compartir, dialogar y concertar, antes que imponer la autoridad, mediante el uso de formatos de colaboración, reciprocidad y conocimiento compartido.²⁰

Por su parte el CLAD promovió la Carta Iberoamericana de Gobierno Abierto,²¹ que fue adoptada en Cartagena de Indias en 2016. La Carta señala como finalidad del gobierno abierto la concreción del derecho de los ciudadanos a un buen gobierno, que se traduce en bienestar y prosperidad, mejores servicios públicos, calidad de vida, fortalecimiento de la democracia, confianza en la administración pública, y respeto a la dignidad humana y a la diversidad cultural. Para tales efectos la Carta consagra cuatro pilares del gobierno abierto, similares a los postulados por la Agenda 2030: (i) transparencia y acceso a la información pública, (ii) rendición de cuentas públicas, (iii) participación ciudadana y, (iv) colaboración e innovación pública y ciudadana.

A la idea inicial de “apertura” del gobierno se ha ido agregando una concepción más amplia, en el sentido de que las innovaciones técnicas y los avances democráticos de dicha apertura no pueden limitarse a la esfera de la rama ejecutiva o de la administración pública, sino que deben trascender a la totalidad de los organismos del Estado en sus diversas ramas y funciones. Es por esta razón que se prefiere hablar no de gobierno abierto sino de Estado abierto.²²

¹⁸ “Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para el desarrollo sostenible, facilitar el acceso a la justicia para todos y construir a todos los niveles instituciones eficaces e inclusivas que rindan cuentas.”

¹⁹ OCDE, 2016.

²⁰ CEPAL, 2017.

²¹ CLAD, 2016.

²² CEPAL, 2017.

Colombia, al igual que otros países democráticos, había implementado iniciativas que ahora se rotulan como de *gobierno abierto*, antes de que se popularizara esta noción, como ya antes se ha relatado. De la adopción del modelo de Estado abierto en Colombia se han ocupado, de una parte, el Plan Nacional de Desarrollo, que se expide por Ley nº cada cuatro años, y de otra parte el Consejo Nacional de Política Económica y Social (CONPES), que es la máxima autoridad nacional de planeación y organismo asesor del gobierno en todos los aspectos relacionados con el desarrollo económico y social del país. El CONPES actúa por medio de documentos en los cuales el gobierno formula y decide la política pública que orienta toda su actividad administrativa.²³

Es así como en el documento CONPES nº 4.070, de 2021, denominado “Lineamientos de política para la implementación de un modelo de Estado Abierto”, el gobierno reconoce la insuficiente articulación de normas, actores institucionales y sociedad alrededor de la construcción de confianza pública en el marco de la transición hacia un Estado abierto. En consecuencia, propone lineamientos de política pública para poner en marcha un modelo de Estado Abierto que promueva un mejor desempeño de la administración pública basado en la confianza, y deja constancia de que, con esta política, se da cumplimiento a los acuerdos internacionales derivados del ingreso del país a la OCDE y se avanza hacia el cumplimiento de la Agenda 2030.

Al definir la política de Estado Abierto el documento CONPES 4070 fija como objetivos específicos cinco ejes, a saber: (i) fortalecer la garantía del derecho de acceso a la información pública, (ii) desarrollar la cultura de integridad pública, (iii) consolidar la capacidad institucional de lucha contra la corrupción y la cultura de la legalidad, (iv) robustecer los procesos de corresponsabilidad entre actores para la generación de valor público, (v) impulsar iniciativas de innovación pública como una herramienta transversal para consolidar procesos orientados a un Estado Abierto.

2 En las fronteras de la Inteligencia Artificial

De lo hasta aquí expuesto se desprende que el Estado colombiano inició, hace más de veinte años, un lento proceso de adaptación para incorporar en sus organizaciones, procesos y procedimientos, la tecnología de la información y las comunicaciones, y, más recientemente, para utilizar medios tecnológicos avanzados. La epidemia del Covid-19, sin embargo, aceleró repentinamente lo que había sido

²³ El CONPES es la máxima autoridad de planeación y lo integran el presidente de la República, quien lo dirige, el vicepresidente de la República, todos los ministros, el director del Departamento Administrativo de la Presidencia de la República, el director del Departamento Nacional de Planeación y el director del Departamento Administrativo de Ciencia, Tecnología e Innovación – Colciencias. El Departamento Nacional de Planeación (DNP) desempeña la Secretaría Ejecutiva.

hasta entonces una perezosa evolución, y, como ocurrió en el mundo entero, la crisis obligó a hacer de una vez los cambios que se habían programado para el mediano y largo plazo.

De esta manera la transformación informática de los sectores público y privado, así como de la sociedad misma, se ha convertido en una sorprendente realidad, en la que la administración pública se aproxima ya a la frontera tecnológica de la Inteligencia Artificial, IA, concepto que ha entrado a formar parte de las más recientes medidas, normas y políticas.

De esta última fase forman parte varias leyes, documentos de política pública y procesos de reestructuración administrativa. En tiempos muy recientes la Ley nº 2,195, de 2022, sobre transparencia, prevención y lucha contra la corrupción, y la Ley nº 2.213, de 2022, que implanta de manera definitiva la justicia digital, a la cual se llegó repentinamente pero con buen suceso, como consecuencia de la pandemia del Covid-19, son una buena aproximación normativa al ideal del Estado abierto.²⁴

Son numerosas las herramientas tecnológicas desarrolladas por la administración para hacer efectiva la *ciudadanía digital*, mediante el contacto virtual ciudadano-autoridad, el sostenimiento de páginas web por parte de todas las entidades públicas, nacionales y territoriales, y la popularización de los teléfonos celulares. Gracias a la densa dotación ciudadana e institucional de medios electrónicos, ha sido posible desarrollar importantes herramientas tecnológicas para la interlocución sociedad-estado, con gran beneficio para las personas y también para las instituciones. En este aspecto cabe mencionar, además de las páginas web singulares de más de mil quinientas instituciones públicas, idóneas para interactuar con los ciudadanos, el Portal del Estado Colombiano,²⁵ punto web que unifica el acceso a la información, los trámites y los servicios a cargo de las entidades del Estado. El Decreto nº 2.106, de 2019, ordenó simplificar, suprimir y reformar trámites,²⁶ al igual que modernizar el funcionamiento de la administración para implantar trámites, procesos y procedimientos administrativos sencillos, ágiles, coordinados, modernos y digitales. El capítulo II de esta ley, que se intitula “Transformación Digital para una Gestión Pública Efectiva”, estableció para la administración el deber y para los ciudadanos el derecho, de utilizar medios electrónicos mediante el modelo de Servicios Ciudadanos

²⁴ JORDÁN MOSQUERA, 2022.

²⁵ GOBIERNO EN LÍNEA, [2023].

²⁶ “Por el cual se dictan normas para simplificar, suprimir y reformar trámites, procesos y procedimientos innecesarios existentes en la administración pública.”

Digitales,²⁷ que provee procedimientos y soluciones tecnológicas para la interacción digital de la administración con los ciudadanos.²⁸

Ahora bien, la frontera de la digitalización administrativa se corrió nítidamente a partir del Documento CONPES n° 3.975, de 2019, mediante el cual el Consejo Nacional de Política Económica y Social adoptó e implantó una política nacional para la transformación digital e Inteligencia Artificial.²⁹

Esta política tiene por objeto generar valor social y económico por medio del uso de las tecnologías digitales y la innovación digital pública y privada, e impulsar la competitividad y la productividad, de manera que Colombia pueda aprovechar las oportunidades y enfrentar los retos relacionados con la Cuarta Revolución Industrial (4RI), que es la revolución de los datos y el *big data*, del almacenamiento masivo de información y la Inteligencia Artificial.

El CONPES n° 3.975 traza una ruta detallada para la transformación digital del Estado y del sector productivo, y plantea un enfoque en Inteligencia Artificial que comprende, entre otras, las siguientes acciones, dirigidas a los sectores público y privado: (i) fortalecer las competencias del capital humano para afrontar la 4RI, favoreciendo el desarrollo de competencias digitales durante la trayectoria educativa y la configuración de ecosistemas de innovación a través de alianzas internacionales para la formación de talento con prioridad en IA; (ii) impulsar otras tecnologías de la 4RI por medio del fomento al desarrollo de tecnologías digitales, la creación de ambientes de prueba regulatorio, financiamiento para la investigación y desarrollo tecnológico de IA.

De esta manera el gobierno hace una apuesta por la transformación digital, que está revolucionando la economía y la cultura, y es uno de los principales motores de la cuarta revolución industrial (4RI). La transformación digital incluye otras tecnologías digitales de la 4RI, como el Internet de las cosas, la robótica y la computación cuántica, que están trayendo el futuro a tiempo presente, y comienzan a impactar en la forma como vivimos, trabajamos e interactuamos.

Esta dirección de la política pública es consonante con la Carta Iberoamericana de Innovación en la Gestión Pública, aprobada por los 23 países miembros del CLAD en la “XIX Conferencia Iberoamericana de Ministras y Ministros de la Administración Pública y Reforma del Estado celebrada”, en Andorra, el 8 de octubre de 2020. Entre sus numerosas disposiciones, la Carta destaca el teletrabajo como un ejemplo

²⁷ Decreto n° 620, de 2020: “Por el cual se establecen los lineamientos generales en el uso y operación de los servicios ciudadanos digitales.”

²⁸ La Ley n° 2.052, de 2020 –“por medio de la cual se establecen disposiciones transversales a la rama ejecutiva del nivel nacional y territorial y a los particulares que cumplan funciones públicas y/o administrativas, en relación con la racionalización de trámites y se dictan otras disposiciones” – reitera el deber que tiene el Estado de automatizar y digitalizar la gestión interna de trámites.

²⁹ COLOMBIA, 2019.

elocuente de una nueva forma de gestión pública eficiente que, además, fomenta el trabajo colaborativo, facilita las lógicas de inteligencia colectiva, y forma parte de lo que denomina la *Administración pública inteligente*.³⁰

En lo concerniente a las relaciones entre Inteligencia artificial y administración pública, la Carta señala que la Administración pública no debe ser reactiva a la innovación de la gestión por la vía de la Inteligencia Artificial y, por el contrario, debe coliderar con el sector privado la agenda de innovación canalizada por la Inteligencia Artificial y la robótica. Se confía, por otra parte, en que la digitalización, la robotización y la gestión por la vía de la Inteligencia Artificial de la burocracia pueden contribuir decisivamente a erradicar la corrupción administrativa.

En sus fases más avanzadas la Inteligencia Artificial se manifiesta en el *internet de las cosas*, que permite la comunicación y el intercambio de datos entre objetos cotidianos sin intervención humana directa, y que en la administración pública tiene aplicaciones tan útiles como la digitalización de los flujos de tráfico urbano a través de cámaras y el reconocimiento de objetos y personas para efectos de seguridad.

Finalmente, se avanza hacia la creación de máquinas capaces de trabajar de una manera totalmente autónoma, aprehender el mundo y darle forma con sus acciones independientes. Esta última etapa es la que en algunos contextos se denomina singularidad (*singularity*), el momento en el que las máquinas serían capaces de pensar y actuar de forma independiente y, por consiguiente, al margen de los seres humanos.³¹

3 Conclusiones

La transformación digital de las organizaciones alude a los efectos económicos y sociales derivados de la digitalización, el procesamiento de los datos y el uso de las tecnologías digitales para desarrollar nuevos productos y servicios. Forma parte de la cuarta revolución industrial, que va dejando huella profunda en las reformas de la administración pública del presente.

Es evidente que la incorporación de la tecnología digital a los procesos y procedimientos de la administración pública le han permitido al Estado adoptar decisiones más eficientes, rápidas y masivas, facilita la publicidad y la transparencia de la gestión pública, contribuye a erradicar la corrupción, favorece el desarrollo de un Estado abierto. Este nuevo tipo de modernidad propicia el cumplimiento de los fines estatales, fortalece la legitimidad de las instituciones democráticas y produce mayor bienestar.

³⁰ CLAD, 2021.

³¹ CLAD, 2021.

Con todo, la digitalización administrativa conlleva riesgos de naturaleza ética y política. Los procedimientos administrativos, según los hemos conocido tradicionalmente, se componen de reglas formuladas a partir de palabras que representan conceptos, objetos y acciones, y se combinan gramaticalmente para formar oraciones y expresar significados más complejos. Así han sido redactados los procedimientos administrativos por juristas y administradores públicos, mediante textos que son debatidos y aprobados por el poder legislativo. Dichas reglas, vertidas en un lenguaje que todo el mundo puede consultar y entender, permiten al ciudadano, al funcionario y al juez verificar que el contenido y la aplicación de dichas reglas a casos concretos sea acorde con la justicia y el ordenamiento jurídico.

Sin embargo, el conocimiento, la comprensión y el control público de las reglas administrativas se oscurece en la era digital. Las normas de la administración digital son elaboradas por ingenieros, por desarrolladores de la tecnología digital. La digitalización de los datos, su codificación y la secuencia de procedimientos mediante algoritmos que pretenden imitar procesos racionales, encierran la lógica de la actividad administrativa, antes pública y descifrable, en una caja negra accesible y comprensible únicamente para los técnicos que diseñan y administran los procedimientos administrativos digitales.

Los ciudadanos, al relacionarse con el Estado, ya no se comunican con personas sino con máquinas, cuya “inteligencia” ha sido programada para que realicen automáticamente muchas de las tareas que antes realizaban los funcionarios. Las decisiones de los funcionarios pueden ser reconsideradas porque se trata de una relación entre inteligencias afines. Pero, cuando son máquinas las que reciben, rechazan o tramitan peticiones, las sustancian y las deciden con base en informaciones estadísticas, procedimientos automáticos y soluciones tipo, la respuesta final es prácticamente incuestionable para el ciudadano. No es fácil la mutua comprensión entre una persona y una máquina, porque la causa de los eventuales errores de programación de la máquina suele ser indetectable para el ciudadano común, y porque la motivación automática del sistema no admite argumentos alternativos. Al no ser posible el diálogo entre un ser racional y un objeto que trata de imitar la racionalidad humana, en situaciones extremas serán infructuosos los esfuerzos del ser humano para procurar que la máquina razone en su favor frente a una decisión cuestionable.

La digitalización administrativa simplifica numerosas tareas rutinarias y masivas del Estado, pero suscita enorme preocupación cuando se extiende a decisiones relacionadas con los derechos de las personas. En tales casos la “clausura algorítmica a la deliberación” emerge como una negación a los derechos de defensa y contradicción, y por tanto al debido proceso.

Finalmente, los riesgos de las nuevas tecnologías aplicadas a la administración pública se convertirán en amenaza cuando los sistemas digitales, a partir de la reiteración y del ingreso de nuevos datos, no solo ejecuten las secuencias algorítmicas cada vez mejor, sino terminen aprendiendo y generando nuevo conocimiento de manera autónoma y por fuera del control humano. Habrá llegado entonces la Inteligencia Artificial en todo su esplendor.

Ante la inminencia de este inquietante futuro, por doquier se elevan voces de advertencia, para que las legislaciones adopten medidas preventivas y establezcan controles que permitan acotar prudentemente los alcances de la Inteligencia Artificial en el gobierno de las sociedades. Así, por ejemplo, la Carta Iberoamericana de Innovación en la Gestión Pública recomienda someter los algoritmos públicos, los procesos y el tipo de información con los que se alimentan los dispositivos de Inteligencia Artificial a la aprobación y monitoria de una agencia pública independiente que, además, verifique el cumplimiento de principios éticos y valores públicos.

La digitalización de los procedimientos administrativos tiene dos caras. Una nos llena de optimismo y de confianza en la realización del derecho a una buena administración, y en ese sentido avanzamos a pasos agigantados. La otra genera fundada incertidumbre alrededor de la vigencia de los derechos humanos y la preservación de la democracia, por lo cual se hace necesaria una cuidadosa regulación.

4 Referencias

BERNAL, Carlos. Derechos fundamentales e Inteligencia Artificial. *International Journal of Constitutional Law*, v. 20, n. 4, oct. 2022. Disponible en: <https://academic.oup.com/icon/article/20/4/1431/7109154#401716135>. Acceso en: 12 jan. 2023.

CAF. Banco de Desarrollo de América Latina. *DIG integridad: La transformación digital de la lucha contra la corrupción*, 2022.

CLAD. *Inteligencia Artificial y ética en la gestión pública*, 2021. Disponible en: <https://clad.org/wp-content/uploads/2021/03/Libro-7-Inteligencia-artificial-y-%C3%A9tica-en-la-gesti%C3%B3n-p%C3%ABblica.pdf>. Acceso en: 15 ago. 2022.

CLAD. *Carta Iberoamericana de Gobierno Abierto*, 2016. Disponible en: <https://clad.org/wp-content/uploads/2020/07/Carta-Iberoamericana-de-Gobierno-Abierto-07-2016.pdf>. Acceso en: 15 ago. 2022.

CLAD. *Declaración de Lisboa*. Lisboa, 27 nov. 2020. Disponible en: <https://clad.org/wp-content/uploads/2020/11/Declaracion-Lisboa-ES-2020-1.pdf>. Acceso en: 30 jan. 2021.

CEPAL. *Desde el gobierno abierto al Estado abierto en América Latina y el Caribe*, 2017. Disponible en: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/44769-gobierno-abierto-al-estado-abierto-america-latina-caribe>. Acceso en: 11 jul. 2021.

COLOMBIA. Consejo Nacional de Política Económica y Social (CONPES). *Política nacional para la transformación digital e Inteligencia Artificial*. Documento CONPES 3975, 8 nov. 2019. Disponible en: <https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Conpes/Econ%C3%B3micos/3975.pdf>. Acceso en: 11 ago. 2022.

COLOMBIA. Corte Constitucional. *Sentencia C-491/07*. Demanda de inconstitucionalidad contra la Ley nº 1097 de 2006. Referencia: expediente D-6583. Actor: Franky Urrego Ortiz. Relator: Dr. Jaime Córdoba Triviño. Bogotá, 27 jun. 2022.

COLOMBIA. Corte Constitucional. *Sentencia T-511/10*. Acción de tutela instaurada por Zonia Betancourt Rojas y Gabriela Fuquene Betancourt contra la Policía Nacional. 2010. Expediente T-2.395.898. Relator: Humberto Antonio Sierra Porto. Bogotá, 18 jun. 2010.

COLOMBIA. Agencia nacional de contratación pública. *SECOP II*. Disponible en: <https://www.colombiacompra.gov.co/secop-ii>. Acceso en: 4 feb. 2023.

BECERRA, Augusto Hernández. Del derecho de petición a la transparencia digital en Colombia. *Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance*, São Paulo, n. 20, ano 6, p. 281-308, jan./mar. 2022.

GOBIERNO EN LÍNEA. *Encuentra los trámites, servicios e información del Estado colombiano*, [2023]. Disponible en: <https://www.gov.co>. Acceso en: 19 feb. 2023.

JORDÁN MOSQUERA, Daniela. El Decreto 806 de 2020 y su adopción como legislación permanente mediante la Ley nº 2213 de 2022. *Boletín Virtual, Universidad Externado de Colombia*, Departamento de Derecho Procesal, 4 oct. 2022. Disponible en: <https://procesal.uexternado.edu.co/el-decreto-806-de-2020-y-su-adopcion-como-legislacion-permanente-mediante-la-ley-2213-de-2022/>. Acceso en: 20 dez. 2022.

LALOUX, Frederic. *Reinventar las organizaciones*. Madrid: Arpa Editores, 2016.

NIELSEN ENEMARK, Carlos A. *El uso de Inteligencia Artificial en el acto administrativo*. *Revista de Derecho Administrativo – RDA*, Buenos Aires, jul. 2021. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/352970274_El_uso_de_inteligencia_artificial_en_el_acto_administrativo/citation/download. Acceso en: 13 jan. 2023.

OCDE. *Gobierno Abierto: Contexto mundial y el camino a seguir*. Aspectos claves, 2016. Disponible en: <https://www.oecd.org/gov/Open-Government-Highlights-ESP.pdf>. Acceso en: 11 set. 2019.

OCDE. *Recommendation of the council on Artificial Intelligence*, 2019. Disponible en: <https://ia-latam.com/portfolio/principios-de-la-ocde-sobre-ia/>. Acceso en: 1 mar. 2020.

RAMIÓ, Carles. *Inteligencia Artificial y administración pública: Robots y humanos compartiendo el servicio público*. Madrid: Libros de la Catarata, 2019.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BECERRA, Augusto Hernández. Avances de la administración colombiana en la era digital. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, ano 4, n. 1, p. 87-106, jan./abr. 2023. DOI: 10.47975/digital.law.vol.4.n.1.becerra.

Sobre a Revista

IJDL – INTERNATIONAL JOURNAL OF DIGITAL LAW

Objetivo

O International Journal of Digital Law é um periódico científico eletrônico de acesso aberto e periodicidade quadrimestral promovido pelo **Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano (NUPED)**, do **Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná**.

O Conselho Editorial é composto por renomados professores vinculados a instituições de ensino superior do Brasil, Argentina, Austrália, Colômbia, Espanha, Egito, França, Holanda e Índia. A linha editorial segue o eixo das atividades de pesquisa do NUPED, um grupo inscrito no diretório do CNPq e filiado à **Rede de Pesquisa em Direito Administrativo Social (REDAS)**. Seu enfoque é o estudo crítico das instituições jurídico-políticas típicas do Estado de Direito, notadamente as voltadas à inovação e ao desenvolvimento humano por intermédio da revolução digital.

Linha Editorial

A linha editorial segue o eixo de concentração do **NUPED – PPGD/PUCPR** intitulada “**Direito Econômico e Desenvolvimento**”. Por sua vez, a área congrega duas importantes linhas de pesquisa: 1. **Estado, Economia e Desenvolvimento** e 2. **Direitos Sociais, Globalização e Desenvolvimento**. A revista dará destaque a este marco teórico. Entretanto, transversalmente ao tema da economia, do desenvolvimento, da globalização e dos direitos sociais, as palavras-chave que melhor definem o escopo da revista implicam a tratativa de temas como: acesso à informação, *big data*, *blockchain*, cidades inteligentes, contratos inteligentes, *crowdsourcing*, cibercrimes, democracia digital, direito à privacidade, direitos fundamentais, *e-business*, economia digital, educação digital, eficiência administrativa, *e-government*, *fake news*, *gig economy*, globalização, inclusão digital, infraestrutura, inovação, inteligência artificial, interesse público, internet, internet das coisas, jurimetria, *lawfare*, novas tecnologias, perfilamento digital, pesquisa em multimeios, processo administrativo eletrônico, proteção de dados, regulação administrativa, regulação econômica, risco, serviços públicos, sistemas de informação, sociedade da informação, transparência governamental e telecomunicações.

Double blind peer review

A publicação dos artigos submete-se ao procedimento *double blind peer review*. Os trabalhos são remetidos sem identificação de autoria a dois pareceristas *ad hoc* portadores de título de doutor, todos eles exógenos à instituição promotora da revista (PUCPR). Os pareceristas são, portanto, sempre pesquisadores vinculados a renomadas instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras.

Cobertura temática (classificação do CNPq)

GRANDE: Ciências Sociais Aplicadas (6.00.00.00-7)/Área: Direito (6.01.00.00-1)/
Subárea: Direitos Especiais (6.01.04.00-7)

GRANDE: Ciências Sociais Aplicadas (6.00.00.00-7)/Área: Ciência da Informação
(6.07.00.00-9)/Subárea: Teoria da Informação (6.07.01.00-5)

GRANDE: Ciências Exatas e da Terra (1.00.00.00-3)/Área: Ciência da Computação
1.03.00.00-7/Subárea: Sistemas de Computação (1.03.04.00-2)

Diretrizes para Autores

1. Submissão de artigos

As propostas de artigos para publicação na *International Journal of Digital Law* deverão ser enviadas através do sistema eletrônico de submissões (gratuitamente), por meio de cadastro no Sistema Eletrônico e acesso mediante login e senha a ser realizado no [site](#). Não serão aceitas propostas enviadas por e-mail. A revista reserva-se o direito de aceitar ou rejeitar qualquer original recebido, de acordo com as recomendações do seu corpo editorial, inclusive por inadequação da temática do artigo ao perfil editorial da revista, como também o direito de propor eventuais alterações.

2. Qualificação dos autores

Ao menos um dos autores do artigo deverá possuir o título de Doutor (Dr.), Doctor of Juridical Science (J.S.D. ou S.J.D.), Doctor juris (Dr. iur. ou Dr. jur.), Doctor of Philosophy (Ph.D.) ou Legum Doctor (LL.D.). A exigência poderá ser relativizada, nunca extrapolando o percentual de 30% por edição, em casos excepcionais de: (i) artigos de autores afiliados a instituições estrangeiras; (ii) artigos escritos em inglês.

3. Ineditismo e exclusividade

Os textos para publicação na *International Journal of Digital Law* deverão ser inéditos e para publicação exclusiva, salvo no caso de artigos em língua estrangeira que tenham sido publicados fora do país. Uma vez publicados nesta revista, também poderão sê-lo em livros e coletâneas, desde que citada a publicação original. Roga-se aos autores o compromisso de não publicação em outras revistas e periódicos, bem como de que as propostas de artigo não se encontrem postulados de forma simultânea em outras revistas ou órgãos editoriais.

4. Idiomas

Podem ser submetidos artigos redigidos em Português, Espanhol ou Inglês.

5. Cadastro dos metadados no sistema eletrônico de submissões

5.1. No momento da submissão do artigo no sistema eletrônico, os campos dos metadados deverão ser preenchidos obrigatoriamente de acordo com estas diretrizes, sob pena de rejeição liminar da submissão.

5.2. Autores

5.2.1. Nome/Nome do Meio/Sobrenome: indicação do nome completo do(s) autor(es) apenas com as iniciais de cada nome em caixa alta. Em caso de artigos em coautoria, os nomes de todos os coautores devem ser inseridos no sistema na ordem que deverá constar no momento da publicação.

5.2.2. E-mail: indicação do e-mail do(s) autor(es) para contato, que será obrigatoriamente divulgado na versão publicada do artigo.

5.2.3. ORCID iD: indicação do número de identificação ORCID (para maiores informações [clique aqui](#)). O identificador ORCID pode ser obtido no [registro ORCID](#). Você deve aceitar os padrões para apresentação de iD ORCID e incluir a URL completa; por exemplo: <https://orcid.org/0000-0003-1781-1726>.

5.2.4. URL: link para o currículo completo do autor. No caso de autores brasileiros, deve ser indicado o link para o Currículo Lattes.

5.2.5. Instituição/Afiliação: indicação da sua principal afiliação institucional ou das duas principais, caso o vínculo com ambas possua a mesma importância (instituição à qual encontra-se vinculado como docente ou discente, ou, caso não seja docente ou discente, a instituição onde foi obtido o seu maior título acadêmico, como doutorado, mestrado, especialização etc.). O nome da instituição deverá constar por extenso e na língua original da instituição (ou em inglês quando a escrita não for latina), seguida da indicação do país de origem da instituição entre parênteses. Caso o autor seja docente e esteja cursando mestrado ou doutorado em outra instituição, a afiliação principal será a da instituição na qual o autor figura como mestrando ou doutorando.

5.2.6. País: indicação do país da principal afiliação institucional do autor.

5.2.7. Resumo da biografia: indicação do mini currículo, iniciando com a indicação da instituição onde figura como docente, seguida de cidade, sigla do Estado e país entre parênteses, indicação das titulações acadêmicas (começando pela mais elevada), outros vínculos com associações científicas, profissão etc.

5.3. Título e Resumo

5.3.1. Título: título no idioma do artigo, com apenas a primeira letra da sentença em maiúscula.

5.3.2. Resumo: resumo no idioma do artigo, sem parágrafo ou citações e referências, com até 200 palavras.

5.4. Indexação

5.4.1. Palavras-chave: indicação de 5 palavras-chave no idioma do artigo (em letras minúsculas e separadas por ponto vírgula).

5.4.2. Idioma: indicar a sigla correspondente ao idioma do artigo (Português=pt; English=en; Español=es).

5.5. Contribuidores e Agências de fomento: os artigos resultantes de projetos de pesquisa financiados deverão indicar neste campo a fonte de financiamento.

5.6. Referências: inserir a lista completa de referências citadas no artigo, dando um espaço entre cada uma delas.

6. Apresentação do texto e elementos pré-textuais

6.1. Recomenda-se que o trabalho tenha entre 15 e 30 páginas (tamanho A4 – 21 cm x 29,7 cm), compreendendo a introdução, desenvolvimento, conclusão (não necessariamente com esses títulos) e uma lista de referências bibliográficas.

6.2. As margens utilizadas deverão ser: esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm.

6.3. No corpo do texto deverá ser utilizada Fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1,5 cm e espaçamento de 0 pt (pontos) antes e depois dos parágrafos.

6.4. Nas notas de rodapé deverá ser utilizada Fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples entre linhas.

6.5. No desenvolvimento do texto, os parágrafos deverão conter recuo de 1,5 cm em relação à margem esquerda. Títulos e subtítulos deverão estar alinhados à margem esquerda, sem recuo.

6.6. A estruturação deverá observar a exposta neste item 6.6.

6.6.1. Título no idioma do artigo, com apenas a primeira letra da sentença em maiúscula e em itálico, centralizado.

6.6.2. Nos casos de necessidade de indicar informações a respeito do artigo (financiamento por agências de fomento, agradecimentos, tradutores do texto etc.), deverá ser inserida uma nota de rodapé com um asterisco (e não com número) situada à direita do título no idioma do artigo.

6.6.3. Título em inglês, com apenas a primeira letra da sentença em maiúscula, em itálico e centralizado. No caso de artigos redigidos em inglês, este elemento deverá ser substituído pelo título em português.

6.6.4. O artigo não deve incluir os nomes do(s) autor(es). As informações, para fins de publicação, serão retiradas dos metadados inseridos pelo(s) autor(es) no sistema eletrônico da revista no momento da submissão.

6.6.5. Resumo no idioma do artigo (fonte Times New Roman 12, espaçamento entre linhas simples, sem parágrafo ou citações e referências, com até 200 palavras), antecedido da palavra “Resumo” escrita no idioma do artigo.

6.6.6. Indicação de 6 palavras-chave no idioma do artigo (em letras minúsculas e separadas por ponto vírgula), antecidas da expressão “Palavras-chave” redigida no idioma do artigo.

6.6.7. Resumo em inglês (Fonte Times New Roman 12, espaçamento entre linhas simples, sem parágrafo ou citações e referências, com até 200 palavras), antecedido da palavra “Abstract”. No caso de artigos redigidos em inglês, este elemento deverá ser substituído pelo resumo em português.

6.6.8. Indicação de seis palavras-chave em inglês (em letras minúsculas e separadas por ponto e vírgula), antecidas da expressão “Keywords”. No caso de artigos redigidos em inglês, este elemento deverá ser substituído pelas palavras-chave em português.

6.6.9. Sumário com a identificação dos títulos das seções e das subseções, com numeração progressiva, separados por ponto vírgula, sequencialmente e em parágrafo único.

6.6.10. Desenvolvimento do trabalho científico: a numeração progressiva, em números arábicos, deve ser utilizada para evidenciar a sistematização do conteúdo do trabalho.

6.6.11. Lista das referências bibliográficas efetivamente utilizadas no artigo, ao final do trabalho, separadas por um espaço simples, alinhadas à margem esquerda (sem recuo).

6.6.12. Aplicam-se, para os demais aspectos de formatação, as normas técnicas brasileiras (ABNT NBR 10520:2002 e 14724:2011).

6.6.13. No caso de artigos com 4 ou mais autores, é necessário incluir uma nota de rodapé indicando qual foi a contribuição de cada um.

6.7. Todo destaque que se queira dar ao texto deve ser feito com o uso de itálico, ficando vedada a utilização de negrito, sublinhado ou caixa alta para fins de dar destaque ao texto.

6.8. Figuras e tabelas devem estar inseridas no texto, e não no final do documento na forma de anexos.

7. Metodologia científica

7.1. As referências dos livros, capítulos de obras coletivas, artigos, teses, dissertações e monografias de conclusão de curso de autores citados ou utilizados como base

para a redação do texto devem constar em nota de rodapé, com todas as informações do texto, em observância às normas técnicas brasileiras (ABNT NBR 6023:2018), e, especialmente, com a indicação da página da qual se tirou a informação apresentada no texto logo após a referência.

7.1.1. O destaque dado ao título dos livros (ou revistas) citados deverá constar em itálico, ficando vedada a utilização de negrito.

7.1.2. Os artigos redigidos com citação no formato AUTOR-DATA não serão aceitos para publicação, somente o sistema de chamadas numérico exposto nas notas de rodapé.

7.1.3. As referências deverão constar da seguinte forma:

7.1.3.1. Livros:

SOBRENOME, Nome. *Título da obra em itálico*: subtítulo sem itálico. número da edição. Cidade: Editora, ano.

Exemplo:

KEEN, Andrew. *Vertigem digital*: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando. Trad. Alexandre Martins, Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 254p.

7.1.3.2. Capítulos de livros coletivos:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo sem itálico. In: SOBRENOME DO 1º ORGANIZADOR, Nome do organizador; SOBRENOME DO 2º ORGANIZADOR, Nome do 2º organizador e assim sucessivamente, separados por ponto vírgula (Org. ou Coord.). *Título da obra ou coletânea em itálico*: subtítulo sem itálico. número da edição. Cidade: Editora, ano. página inicial-página final [antecedidas de “p.”].

Exemplo:

DOTTA, Alexandre Godoy. Derechos de la Población LGBT+ en Brasil: Vulnerabilidad Social entre Avances y Retrocesos. In: BRAVO, Álvaro Sánchez; CASIMIRO, Ligia Melo de; GABARDO, Emerson. (Org.). *Estado Social Y Derechos Fundamentales en Tiempos de Retroceso*. Sevilha: Ponto Rojo, 2019. p. 203-228.

7.1.3.3. Artigos em revistas:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo sem itálico. *Título da Revista em itálico*, cidade, volume, número, página inicial-página final [antecedidas de “p.”], meses da publicação [abreviados com as três primeiras letras do mês seguidas de ponto e separados por barra]. ano.

Exemplo:

GABARDO, Emerson; SAIKALI, Lucas Bossoni. A prescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário em razão de atos de improbidade administrativa. *Revista Jurídica – Unicuritiba*, Curitiba, v. 1, p. 514-543, 2018.

7.1.3.4. Teses de Titularidade, Livre-Docência, Doutorado, Dissertações de Mestrado, Monografias de Conclusão de Curso de Graduação e Pós-Graduação:

SOBRENOME, Nome. *Título do trabalho em itálico*: subtítulo sem itálico. Cidade, ano. número de folhas seguido de “f”. Modalidade do trabalho (Grau obtido com a defesa) – Órgão perante o qual o trabalho foi defendido, Nome da instituição.

Exemplo:

SANTOS, Fábio de Sousa. *Análise Comparada da Competição na Contratação Pública Brasileira e Estadunidense*. Curitiba, 2018. 134f. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: 2018.

7.1.3.5 DOI – Digital object identifier: Caso o documento consultado na pesquisa tenha o número de DOI recomenda-se a inclusão, de modo complementar, do número após o término de cada referência.

Exemplo:

DOTTA, Alexandre Godoy. Public policies for the assessment of quality of the Brazilian higher education system. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 3, p. 53-69, 2016. DOI. [10.5380/rinc.v3i3.49033](https://doi.org/10.5380/rinc.v3i3.49033).

7.1.3.6. Documentos em meio eletrônico: Documentos extraídos do meio eletrônico deverão apresentar após o término de cada referência o local da rede onde foi encontrado e apresentado da seguinte maneira.

Exemplo:

IJDL. International Journal of Digital Law. *Regras para a submissão de artigos*. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/about/submissions>. Acesso em: 12 fev. 2020.

7.1.4. Os elementos das referências devem observar o seguinte padrão:

7.1.4.1. Autor: SOBRENOME em maiúsculas, vírgula, Nome com as iniciais em maiúsculas, seguido de ponto final.

7.1.4.2. Edição: deve ser incluída a informação somente a partir da segunda edição, sem ordinal, seguido de ponto e “ed.”. Exemplo: 2. ed.

7.1.4.3. Ano: grafado com algarismos arábicos, sem ponto no milhar, antecedido de vírgula e seguido de ponto.

7.1.5. Nos casos em que for absolutamente impossível obter alguma das informações acima, a ausência deverá ser suprida da seguinte forma:

7.1.5.1. Ausência de cidade: substituir por [S.l.].

7.1.5.2. Ausência de editora: substituir por [s.n.].

7.1.5.3. Ausência de ano: indicar entre colchetes o ano aproximado, seguido de ponto de interrogação. Exemplo: [1998?].

7.2. As citações (palavras, expressões, períodos) deverão ser cuidadosamente conferidas aos textos originais.

7.2.1. Citações diretas devem seguir o seguinte padrão de registro: transcrição com até quatro linhas devem constar do corpo do texto, com letra e espaçamento normais, e estar entre aspas.

7.2.2. Recomenda-se fortemente que citações textuais longas (mais de quatro linhas) não sejam utilizadas. Entretanto, se imprescindíveis, deverão constituir um parágrafo independente, com recuo de 1,5 cm em relação à margem esquerda (alinhamento justificado), utilizando-se espaçamento entre linhas simples e tamanho da fonte 10. Neste caso, aspas não devem ser utilizadas.

7.2.3. Fica vedado o uso do op. cit., loc. cit., ibidem e idem nas notas bibliográficas, que deverão ser substituídas pela referência completa, por extenso.

7.2.4. Para menção de autores no corpo do texto, fica vedada sua utilização em caixa alta (ex.: para Nome SOBRENOME...). Nestes casos todas as menções devem ser feitas apenas com a primeira letra maiúscula (ex.: para Nome Sobrenome...).

8. Redação

8.1. Os textos devem ser revisados, além de terem sua linguagem adequada a uma publicação editorial científica.

8.2. No caso de artigos redigidos na língua portuguesa, a escrita deve obedecer às regras ortográficas em vigor desde a promulgação do ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, a partir de 1º de janeiro de 2009.

8.3. As citações de textos anteriores ao ACORDO devem respeitar a ortografia original.

9. Artigos resultantes de pesquisas financiadas

Os artigos resultantes de projetos de pesquisa financiados deverão indicar em nota de rodapé, situada ao final do título do artigo no idioma do texto, a informação relativa ao financiamento da pesquisa.

10. Declaração de direitos autorais

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

10.1. Não serão devidos direitos autorais ou qualquer outra remuneração pela publicação dos trabalhos.

10.2. Autores mantêm os direitos autorais e concedem à *IJD* o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista. Ainda, em virtude de aparecerem nesta revista de acesso público, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, com aplicações educacionais e não comerciais.

10.3. Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (ver [O Efeito do Acesso Livre](#)).

11. Responsabilidade dos autores

11.1. Autores são responsáveis pelo conteúdo publicado, comprometendo-se, assim, a participar ativamente da discussão dos resultados de sua pesquisa científica, bem como do processo de revisão e aprovação da versão final do trabalho.

11.2. Autores são responsáveis pela condução, resultados e validade de toda investigação científica.

11.3. Autores devem noticiar a revista sobre qualquer conflito de interesse.

11.4. As opiniões emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.

11.5. Ao submeter o artigo, o autor atesta que todas as afirmações contidas no manuscrito são verdadeiras ou baseadas em pesquisa com razoável exatidão.

12. Conflito de interesses

A confiabilidade pública no processo de revisão por pares e a credibilidade de artigos publicados dependem em parte de como os conflitos de interesses são administrados durante a redação, revisão por pares e tomada de decisões pelos editores.

12.1. É obrigatório que o autor do manuscrito declare a existência ou não de conflitos de interesse. Mesmo julgando não haver conflitos de interesse, o autor deve declarar essa informação no ato de submissão do artigo, marcando esse campo específico.

12.2. Conflitos de interesses podem surgir quando autores, pareceristas ou editores possuem interesses que, aparentes ou não, podem influenciar a elaboração ou avaliação

de manuscritos. O conflito de interesses pode ser de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica ou financeira.

12.3. Quando os autores submetem um manuscrito, eles são responsáveis por reconhecer e revelar conflitos financeiros ou de outra natureza que possam ter influenciado seu trabalho.

12.4. Os autores devem reconhecer no manuscrito todo o apoio financeiro para o trabalho e outras conexões financeiras ou pessoais com relação à pesquisa. As contribuições de pessoas que são mencionadas nos agradecimentos por sua assistência na pesquisa devem ser descritas, e seu consentimento para publicação deve ser documentado.

12.5. Manuscritos não serão rejeitados simplesmente por haver um conflito de interesses, mas deverá ser feita uma declaração de que há ou não conflito de interesses.

12.6. Os pareceristas devem, igualmente, revelar aos editores quaisquer conflitos de interesse que poderiam influir em suas opiniões sobre o manuscrito, e devem declarar-se não qualificados para revisar originais específicos se acreditarem que esse procedimento é apropriado. Assim como no caso dos autores, se houver silêncio por parte dos pareceristas sobre conflitos potenciais, isso significará que os conflitos não existem.

12.7. No caso da identificação de conflito de interesse da parte dos pareceristas, o Conselho Editorial encaminhará o manuscrito a outro parecerista *ad hoc*.

12.8. Se os autores não tiverem certeza do que pode constituir um potencial conflito de interesses, devem contatar o Coordenador Editorial da Revista.

12.9. Para os casos em que editores ou algum outro membro publiquem com frequência na Revista, não serão atribuídos tratamentos especiais ou diferenciados. Todos os artigos submetidos serão avaliados através do procedimento *double blind peer review*.

13. Outras informações

13.1. Os trabalhos serão selecionados pelo Coordenador Editorial e pelo Conselho Editorial da Revista, que entrarão em contato com os respectivos autores para confirmar o recebimento dos textos, e em seguida os remeterão para análise de dois pareceristas do Conselho de Pareceristas.

13.2. Os originais recebidos e não publicados não serão devolvidos.

13.3. Asseguram-se aos autores o direito de recurso das decisões editoriais.

13.3.1. Serão concedidos 5 (cinco) dias, contados da data da decisão final do Conselho Editorial.

13.3.2. O arrazoado escrito deverá ser enviado para o e-mail: journal@nuped.com.br.

13.3.3. O recurso será analisado pelo Conselho Editorial no prazo de 30 (trinta) dias.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÕES

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita (salvo em caso de artigos em língua estrangeira publicados no exterior), e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.

4. O texto possui entre 15 e 30 páginas (tamanho A4 – 21 cm x 29,7 cm), compreendendo a introdução, desenvolvimento, conclusão (não necessariamente com esses títulos) e uma lista de referências bibliográficas; as margens utilizadas são: esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm; no corpo do texto utilizou-se Fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1,5, e espaçamento de 0 pt antes e depois dos parágrafos; nas notas de rodapé utilizou-se Fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples entre linhas; no desenvolvimento do texto, os parágrafos contêm recuo de 1,5 cm em relação à margem esquerda; títulos e subtítulos estão alinhados à margem esquerda, sem recuo; as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#), na [página para submissão](#).
6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em [Assegurando a avaliação pelos pares cega](#) foram seguidas.
7. O autor declara que, com exceção das citações diretas e indiretas claramente indicadas e referenciadas, este artigo é de sua autoria e, portanto, não contém plágio. Declara, ainda, que está ciente das implicações legais que a utilização de material de terceiros acarreta.
8. O autor declara que participou suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo e que todas as afirmações contidas no manuscrito são verdadeiras ou baseadas em pesquisa com razoável exatidão.
9. O autor concorda com a política de responsabilidade estabelecida no item 10. Responsabilidade dos autores das [Diretrizes para Autores](#).

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

Este periódico tem um compromisso com a ética e a qualidade das publicações, seguindo padrões internacionais de publicação científica. Defendemos um comportamento ético de todas as partes envolvidas na publicação em nosso periódico: autores, editor, pareceristas, Equipe Editorial e a Editora. Não aceitamos plágio ou qualquer outro comportamento antiético. Para isso, são seguidas as diretrizes do [2nd World Conference on Research Integrity](#), Singapore, July 22-24, 2010.

Deveres do Editor

- **Decisão de publicação:** o editor é responsável por decidir quais artigos submetidos à revista devem ser publicados. O editor é guiado pelas políticas decididas pelo Conselho Editorial. Essas políticas devem obedecer às exigências legais em vigor sobre difamação, violação de direitos autorais e plágio. Para tomada de decisões o editor pode consultar o Conselho Editorial e os pareceristas.
- **Transparência e respeito:** o editor deve avaliar os manuscritos submetidos sem levar em conta a raça, sexo, a orientação sexual, a crença religiosa, a origem étnica, a nacionalidade ou a filosofia política dos autores.

- **Confidencialidade:** o editor e demais membros da equipe editorial não devem divulgar qualquer informação sobre um manuscrito submetido, a não ser aos pareceristas e os conselheiros editoriais.
- **Divulgação e conflitos de interesse:** O editor não deve utilizar materiais inéditos divulgados em um manuscrito submetido em pesquisas próprias sem o consentimento expresso e por escrito do autor. O editor deve recusar avaliar os manuscritos em que tenha conflitos de interesse por questões competitivas, colaborativas ou outros relacionamentos ou ligações com qualquer um dos autores, empresas ou (possivelmente) instituições ligadas aos manuscritos.
- **Envolvimento e cooperação em investigações:** o editor deve tomar medidas necessárias cabíveis quando foram apresentadas reclamações éticas a respeito de um manuscrito submetido ou artigo publicado.

Deveres dos Pareceristas

- **Contribuição para as decisões editoriais:** a revisão dos pareceristas auxilia o editor na tomada de decisões editoriais e por meio das comunicações com o autor também pode auxiliar o mesmo na melhora do artigo.
- **Pontualidade:** qualquer avaliador de artigo que não se sinta qualificado para analisar o artigo ou sabe que a sua imediata leitura será impossível deve notificar imediatamente o editor.
- **Confidencialidade:** os trabalhos recebidos para análise devem ser tratados como documentos confidenciais. Eles não devem ser mostrados ou discutidos com os outros.
- **Padrões de objetividade:** os pareceres devem ser conduzidos de forma objetiva. Os pareceristas devem expressar seus pontos de vista de maneira clara e apoiados em argumentos.
- **Sobre as fontes:** os pareceristas devem identificar trabalhos publicados relevantes que não foram citados pelos autores. O parecerista deve chamar a atenção do editor sobre qualquer semelhança substancial ou sobreposição entre o manuscrito em questão e qualquer outro *artigo* publicado de que tenha conhecimento pessoal.
- **Divulgação e conflito de interesses:** informações privilegiadas ou ideias obtidas pelo parecerista por meio da leitura dos manuscritos devem ser mantidas em sigilo e não devem utilizadas para proveito pessoal. O parecerista não deve avaliar manuscritos em que tenha conflitos de interesse por questões competitivas, colaborativas ou outros relacionamentos ou ligações com qualquer um dos autores, empresas ou instituições ligadas aos manuscritos.

Deveres dos Autores

- **Normas gerais:** os autores de trabalhos que se referem a pesquisas originais devem apresentar um relato preciso do trabalho realizado, bem como uma discussão objetiva sobre o seu significado. Dados complementares devem ser representados com precisão no artigo. O documento deve conter detalhes suficientes e referências que permitam que outros possam replicar o trabalho. Declarações fraudulentas ou intencionalmente imprecisas constituem um comportamento antiético e são inaceitáveis.

- **Originalidade e plágio:** os autores devem garantir que as obras são inteiramente originais e se eles utilizam o trabalho e/ou textos dos outros que isso seja devidamente citado. Plágio em todas as suas formas constitui um comportamento editorial antiético e é inaceitável.
- **Publicação múltipla ou redundante:** um autor não deve publicar manuscritos que descrevam essencialmente a mesma pesquisa em mais de um periódico. Publicar o mesmo artigo em mais de um periódico sem informar os editores e obter seu consentimento constitui um comportamento editorial antiético e é inaceitável.
- **Sobre as fontes:** o trabalho de outros autores deve sempre ser reconhecido. Os autores devem citar as publicações que foram importantes na determinação da natureza do trabalho relatado. As informações obtidas em particular, como em uma conversa, correspondência, ou discussão com terceiros, não devem ser utilizadas ou relatadas sem a permissão explícita por escrito da fonte. As informações obtidas por meio de serviços confidenciais, tais como arbitragem manuscritos ou pedidos de bolsas, não devem ser utilizadas sem a permissão explícita por escrito do autor do trabalho envolvido nestes serviços.
- **Autoria:** a autoria do trabalho deve ser restrita àqueles que fizeram uma contribuição significativa para a concepção, projeto, execução ou interpretação do estudo relatado. Todos aqueles que fizeram contribuições significativas devem ser listados como coautores. Pessoas que participaram em certos aspectos do projeto de pesquisa devem ser listadas como colaboradores. O autor principal deve garantir que todos os coautores apropriados estejam incluídos no artigo. O autor principal também deve certificar-se que todos os coautores viram e aprovaram a versão final do manuscrito e que concordaram com sua submissão para publicação.
- **Divulgação e conflitos de interesses:** todos os autores devem divulgar no manuscrito qualquer conflito financeiro ou de outra natureza que possa influenciar os resultados ou a interpretação de seu manuscrito. Todas as fontes de apoio financeiro para o projeto devem ser divulgadas.
- **Erros fundamentais em trabalhos publicados:** quando um autor descobre um erro significativo ou imprecisão em seu trabalho publicado é obrigação do autor informar imediatamente o editor da revista ou a Editoria de Periódicos e cooperar com o editor para corrigir o artigo.

Deveres da Editora

Estamos empenhados em garantir que publicidade, reimpressão ou qualquer outra fonte de receita comercial não tenha qualquer impacto ou influência sobre as decisões editoriais.

Nossos artigos são avaliados por pares para garantir a qualidade da publicação científica. Este periódico utiliza o CrossCheck (software antiplágio da CrossRef).

* Esta declaração se baseia nas recomendações da Elsevier e no *Best Practice Guidelines for Journal Editors* do Committee on *Publication Ethics* – COPE.

Author Guidelines

1. Article Submission

Article propositions for publishing on the International Journal of Digital Law must be sent through the electronic submission system (free of cost) and access through login and password. Propositions sent by e-mail will not be accepted. The Journal has the right to accept or reject any originals received, according to its Editorial Board's recommendations, including the inadequacy of the article's theme to the journal's editorial profile, as well as the right to propose modifications.

2. Author Qualification

At least one of the authors must own either a PhD degree or a Doctor of Juridical Science (J.S.D. or S.J.D), Doctor juris (Dr. iur. or Dr. jur.), Doctor of Philosophy (Ph.D.) ou Legum Doctor (LL.D.) degree. This requirement can be relativized, never exceeding 30% of the articles per edition, in exceptional cases of: (i) authors affiliated to foreign institutions; (ii) articles written in English.

3. Originality and exclusivity

Articles for publication in the International Journal of Digital Law must be original and exclusive, except in case of articles written in a foreign language and published outside Brazil. After the publication of the article in this journal, it can also be published in books and compilations, as long as the original publication is mentioned. We ask the authors to commit to not publish the article in other journals or reviews, as well as not to submit it to other journals at the same time.

4. Languages

Articles can be submitted in English, Portuguese, and Spanish.

5. Registration of the metadata in the electronic submission system

5.1. At the time of submission of the article to the electronic system, the metadata fields must be filled in according to these guidelines, under penalty of preliminary rejection of the submission.

5.2. Authors

5.2.1. *First name/Middle name/Last name:* indication of the full name of the author(s) with only the initials of each name in capital letter. In case of articles in co-authorship, the names of all coauthors must be inserted in the system in the order that should appear at the time of publication.

5.2.2. *E-mail:* indication of the e-mail address of the author(s) for contact, which will mandatorily appear in the published version of the article.

5.2.3. *ORCID iD:* indication of the number of the author's ORCID identifier (for further information [click here](#)). The ORCID identifier can be obtained in [ORCID register](#). Authors must have to accept the patterns for presentation of ORCID iD and include the full URL (e.g.: <https://orcid.org/0000-0003-1781-1726>).

5.2.4. *URL:* link to the author's full curriculum. In the case of Brazilian authors, the link to the Lattes Curriculum should be indicated.

5.2.5. Affiliation: indication of the author's main institutional affiliation (or two main affiliations if both of the links with them have the same importance). The main institution is where the author is professor or student, or, in case of not being professor or student anymore, the institution where the authors obtained their major academic title (PhD, J.S.D., LL.M, B.A., etc.). The institution's name must be written in full (not abbreviated) and in the original language of the institution (or in English for non-Latin languages), followed by an indication of the country of origin of the institution between parentheses. If the author is a professor and also a PhD, J.S.D or LL.M candidate in another institution, the main affiliation will be the institution where the author is candidate.

5.2.6. Country: indication of the country of the author's main institutional affiliation.

5.2.7. Bio Statement: indication of the author's abbreviated CV, with the information organized in the following sequence: first, the indication of the institution to which the author is affiliated as a professor; second, between parentheses, the city, state/province (if applicable) and country of the institution; third, indication of academic titles (starting with the highest); fourth, other bonds with scientific associations; fifth, profession; etc.

5.3. Title and Abstract

5.3.1. Title: title in the language of the article, with only the first letter of the sentence in capital letter.

5.3.2. Abstract: abstract in the language of the article, without paragraph or citations and references, with up to 200 words.

5.4. Indexing

5.4.1. Keywords: indication of 5 keywords in the language of the article (in lower case and separated by semicolons).

5.4.2. Language: indicate the acronym corresponding to the language of the article (Português=pt; English=en; Español=es).

5.5. Supporting Agencies: articles resulting from funded research projects should indicate in this field the source of funding.

5.6. References: insert the complete list of references cited in the article, with a space of one line between them.

6. Text Presentation and pre-textual elements

6.1. The article must have between 15 and 30 pages (size A4 – 21 cm × 29,7 cm), including introduction, development and conclusion (not necessarily with these titles) and a bibliographic reference list. The maximum number of pages can be relativized in exceptional cases, decided by the Editorial team.

6.2. Edges (margins) must be: top and left with 3 cm, bottom and right with 2 cm.

6.3. The text must use Font Times New Roman, size 12, line spacing 1.5, and spacing 0 pt before and after paragraphs.

6.4. References must use Font Times New Roman, size 10, simple space between lines.

6.5. In the development of the text, the paragraphs must contain decrease of 1.5 cm from the left margin. Titles and subtitles must be aligned with the left margin without decrease.

6.6. The structure should observe the following order:

- 6.6.1.** Title in the article's language, in bold, centralized, with the first letter of the sentence in capital letter.
- 6.6.2.** In case of indicating information related to the article (financing from sponsoring agencies, acknowledgments, translators, etc.), it is necessary to insert a footnote with an asterisk (not number) on the right side of the title in the article's language.
- 6.6.3.** Title in English, with only the first letter in capital letter, in bold and in italic, centralized. In the case of articles written in English, this element must be substituted by the title in Portuguese.
- 6.6.4.** The article must not include the names of the author(s). The information for publication purposes will be taken from the metadata entered by the author(s) in the journal's electronic system at the time of submission.
- 6.6.5.** Abstract in the article's language (font Times New Roman, 12, simples lines, without paragraph or quotations and references, until 200 words), preceded by the word "Abstract" written in the article's language.
- 6.6.6.** Indication of five keywords in the article's language (in lower case and separated by semicolon), preceded by the expression "Keywords" written in the article's language.
- 6.6.7.** Abstract in English (font Times New Roman, 12, simples lines, without paragraph or quotations and references, up to 200 words), preceded by the word "Abstract". In case of articles written in English, this element must be replaced by the abstract ("*resumo*") in Portuguese.
- 6.6.8.** Indication of five keywords in English (in lower case and separated by semicolon), preceded by the expression "Keywords". In case of articles written in English, this element must be replaced by keywords ("*palavras-chave*") in Portuguese.
- 6.6.9.** Table of contents, indicating the titles of the sections and subsections, with progressive numbering in Arabic numbers.
- 6.6.10.** Development of the scientific article: progressive numbering, in Arabic numbers, must be used to make clear the content's systematization.
- 6.6.11.** Bibliographic references list must bring only sources that were really used, located in the end of the article, separated by a simple space, lined to the left margin (no indent).
- 6.6.12.** For other aspects, apply Brazilian technical norms (ABNT NBR 10520:2002 e 14724:2011).
- 6.6.13.** In the case of articles with 4 or more authors, it is necessary to include a footnote indicating the contribution of each one to the article.
- 6.7.** Highlights must be made only in italics, meaning that bold, underlined or caps lock, cannot be used to highlight.
- 6.8.** Images and boards must be inserted in the text, not in the end in form of attachments.

7. Scientific Methodology

7.1. The references of books, chapters in collective books, articles, theses, dissertations/essays, monographs of quoted authors used as base to write the text must be mentioned as a reference on the footnotes, with all the information about the text, according to the Brazilian technical norms (ABNT NBR 6023:2018 – summarized in the item 7.1.3 below), and especially, indicating the page of which the information written on the text was taken, right after the reference.

7.1.1. Book's title (or journal's title) must be highlighted in italics (bold shall not be used for that purpose).

7.1.2. Articles written in the format AUTHOR-YEAR will not be accepted for publishing.

7.1.3. References shall appear as follows:

7.1.3.1. Books:

LAST NAME, Name Middle Name. *Title of the book in italics*: subtitle not in italics. Number of the edition. City: Publisher, Year.

Example:

KEEN, Andrew. *Vertigem digital*: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando. Trad. Alexandre Martins, Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 254p.

7.1.3.2. Chapter in a collective book:

LAST NAME, Name Middle Name. Title of the Chapter not in bold. In: ORGANIZER'S LAST NAME, Name Middle Name; 2ND ORGANIZER'S LAST NAME, Name Middle Name, and so on, separated by semicolon (Org. or Coord.). *Title of the book in italics*: subtitle not in Italics. Number of the edition. City: Publisher, Year. first page-last page [preceded by "p."].

Example:

DOTTA, Alexandre Godoy. Derechos de la Población LGBT+ en Brasil: Vulnerabilidad Social entre Avances y Retrocesos. In: BRAVO, Álvaro Sánchez; CASIMIRO, Ligia Melo de; GABARDO, Emerson. (Org.). *Estado Social Y Derechos Fundamentales en Tiempos de Retroceso*. Sevilha: Ponto Rojo, 2019. p. 203-228.

7.1.3.3. Articles in journals:

LAST NAME, Name Middle Name. Title of the article not in bold. *Title of the journal in italics*, city, volume, number, first page-last page [preceded by "p."], months of publishing [abbreviated with the first three letters of the month followed by dot and separated by a slash]. Year.

Example:

GABARDO, Emerson; SAIKALI, Lucas Bossoni. A prescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário em razão de atos de improbidade administrativa. *Revista Jurídica – Unicuritiba*, Curitiba, v. 1, p. 514-543, 2018.

7.1.3.4. Theses of Full Professor contests, Doctoral theses, Master's dissertations/ essays, Undergraduate and Graduate courses monographs:

LAST NAME, Name Middle Name. *Title in italics*: subtitle. City, year. number of pages followed by "f". Kind of the work (Degree obtained with the defense) – Department or Sector, Name of the institution.

Example:

SANTOS, Fábio de Sousa. *Análise Comparada da Competição na Contratação Pública Brasileira e Estadunidense*. Curitiba, 2018. 134f. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: 2018.

7.1.3.5. DOI – Digital object identifier: If the document consulted in the research has the DOI number, it is recommended to include, in a complementary way, the number after the end of each reference. Example:

DOTTA, Alexandre Godoy. Public policies for the assessment of quality of the Brazilian higher education system. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 3, p. 53-69, 2016. DOI. [10.5380/rinc.v3i3.49033](https://doi.org/10.5380/rinc.v3i3.49033).

7.1.3.6. Documents in electronic media: Documents extracted from electronic media must present after the end of each reference the location of the network where it was found and presented as follows. Example:

DIJDL. International Journal of Digital Law. *Regras para a submissão de artigos*. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/about/submissions>. Acesso em: 12 fev. 2020.

7.1.4. The elements of references must observe the following model:

7.1.4.1. Author: LAST NAME in capital letters, comma, Name with the initials in capital letters, Middle Name with the initials in capital letters, followed by a dot.

7.1.4.2. Edition: the information must only be included after the second edition of the book, without ordinal, followed by a dot and “ed.”. Example: 2. ed.

7.1.4.3. Year: it must be written with Arabic numerals, without dot in thousand, preceded by comma, and followed by a dot. Example: 1997.

7.1.5. In case of being impossible to find one of those elements, the absence must be resolved in the following manner:

7.1.5.1. Absence of city: replace for [S.I.].

7.1.5.2. Absence of publisher: replace for [s.n.].

7.1.5.3. Absence of year: the approximated year must be indicated between brackets, followed by a question mark. Example: [1998?].

7.2. The quotations (words, expressions, sentences) must be carefully reviewed by the authors and/or translators.

7.2.1. The direct quotations must follow this pattern: transcription until four lines should fit in the text body, with normal letter, normal spacing and quotation marks.

7.2.2. It is strongly recommended that long textual quotations (more than four lines) are not used. However, if indispensable, they shall constitute an independent paragraph, with 1,5 cm of decrease related to the left margin (justified alignment), with simple lines and font 10. In that situation, quotation marks must not be used.

7.2.3. It is forbidden the use of “op. cit.”, “loc. cit.”, “ibidem” and “idem” in the footnotes. The references in footnote must be complete and written out.

7.2.4. For the mention of authors in the text body, it is forbidden the use of capital letters (e.g. for Name LAST NAME...). In this case all mentions shall be written only with the first letter in capital letter (ex.: for Name Last Name...).

8. Composition

8.1. Apart from having an adequate scientific language for an editorial publication, the text must be reviewed.

8.2. In the case of articles written in Portuguese, the writing must obey the new orthographic rules in force since the promulgation of the Portuguese Language Orthographic Agreement, from January 1st, 2009.

8.3. Citations of texts that precede the Agreement must respect the original spelling.

9. Articles resulted from funded researches

Articles resulted from funded research projects shall indicate in a footnote, located at the end of the article title in the original language, the information related to the research financing.

10. Copyright statement

Authors who publish in this Journal have to agree to the following terms:

10.1. No copyright or any other remuneration for the publication of papers will be due.

10.2. Authors retain copyright and grant the International Journal of Digital Law the right of first publication with the article simultaneously licensed under the [Creative Commons Attribution License](#), which allows sharing the work with recognition of its initial publication in this Journal. Moreover, because of their appearance in this open access Journal, articles are free to use, with proper attribution, in educational and non-commercial applications.

10.3. Authors are allowed and encouraged to post their work online (e.g. in institutional repositories or on their personal webpage) at any point before or during the submission process, as it can lead to productive exchanges, as well as increase the impact and citation of published work (see [The Effect of Open Access](#)).

11. Authors responsibilities

11.1. Authors are responsible for the published content, committing therefore to participate actively in the discussion of the results of their scientific research, as well as the review process and approval of the final version of the work.

11.2. Authors are responsible for the conducting all the scientific research, as well as its results and validity.

11.3. Authors should report the Journal about any conflict of interest.

11.4. Authors are fully and exclusively responsible for the opinions expressed in their articles.

11.5. When submitting the articles, authors recognize that all statements contained in the manuscript are true or based on research with reasonable accuracy.

12. Conflict of interest

The public confidence in the double-blind peer review process and the credibility of published articles depend in part on how conflicts of interest are managed during manuscript writing, peer review and decision making by the editors.

12.1. It is mandatory that the author of the manuscript declares the existence or not of conflicts of interest. Even thinking that there are no conflicts of interest, the author must declare this information in the article submission act, marking that field.

12.2. Conflicts of interest may appear when authors, reviewers or editors have interests that, apparently or not, may influence the development or evaluation of manuscripts.

12.3. When authors submit a manuscript, they are responsible for recognizing and revealing financial or other nature conflicts that may have influenced their work.

12.4. Authors must recognize all the financial support for the work and other financial or personal connections related to the research. The contributions of people who are mentioned in the acknowledgments for their assistance in the research must be described, and its consent to publication should be documented.

12.5. Manuscripts will not be simply dismissed because of a conflict of interest. A statement that there is or not a conflict of interest must be made.

12.6. The ad hoc reviewers must also reveal to editors any conflicts of interest that could influence their opinions about the manuscript and must declare themselves unqualified to review specific documents if they believe that this procedure is appropriate. In the

case of the authors, if there is silence from the peer reviewers about potential conflicts, it will mean that conflicts do not exist.

12.7. If a conflict of interest on the part of the peer reviewers is identified, the Editorial Board will send the manuscript to another ad hoc reviewer.

12.8. If the authors are not sure about what might constitute a potential conflict of interest, they should contact the Journal's Editor-in-Chief.

12.9. In cases in which members of the Editorial Team or some other member publish frequently in the Journal, it will not be given any special or different treatment. All submitted papers will be evaluated by double blind peer review procedure.

13. Other information

13.1. The articles will be selected by the Editor-in-Chief and the Editorial Board of the Journal, which will contact the respective authors to confirm the text reception, and then forward them to the two ad hoc reviewers' analysis.

13.2. The received and not published originals will not be given back.

13.3. Authors have the right to appeal of the editorial decisions.

13.3.1. They will be granted five (5) days from the date of the final decision of the Editorial Board to appeal.

13.3.2. The written appeal must be sent to the e-mail: <journal@nuped.com.br>.

13.3.3. The appeal will be examined by the Editorial Board within thirty (30) days

CONDITIONS FOR SUBMISSIONS

As part of the submission process, authors are required to check off their submission's compliance with all the following items, and submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

1. The contribution is original and unpublished (except in the case of articles in a foreign language published abroad) and it is not being evaluated for publication by another Journal; otherwise, it must be justified in "Comments to the Editor."
2. The submission file is in Microsoft Word, OpenOffice or RTF.
3. URLs for the references have been informed when possible.
4. The text has between 15 and 30 pages (A4 size – 21 cm by 29.7 cm), including the introduction, development, conclusion (not necessarily with these titles) and a list of references; margins used are: left and top of 3 cm and right and bottom of 2 cm; the text is written in Times New Roman format, size 12, line spacing 1.5, and spacing 0 pt. before and after paragraphs; in the footnotes it was used Times New Roman, size 10, 1 pt. spacing; in the text development, paragraphs have an indent of 1.5 cm from the left margin; headings and subheadings are aligned on the left margin; figures and tables are inserted in the text, not in the end of the document as attachments.
5. The text respects the stylistic and bibliographic requirements outlined in the [Author Guidelines](#), on the page About.
6. In case of submission to a section with peer review (e.g.: articles), the instructions available in [Ensuring blind evaluation by peer reviewers](#) have been followed.
7. The author states that, except for the direct and indirect quotations clearly indicated and referenced, the article is of his/her authorship and therefore does not contain plagiarism. And states that he/she is aware of the legal implications of the use of other authors material.

8. The author states that participated in the work enough to make public their responsibility for the content and that all statements contained in the manuscript are true or based on research with reasonable accuracy.
9. The author agrees with the liability policy defined in item 10. Authors responsibilities of the [Author Guidelines](#).

PRIVACY STATEMENT

This journal is committed to ethics and quality in publication, following international patterns of scientific publication. We support standards of expected ethical behavior for all parties involved in publishing in our journal: the author, the journal editor, the peer reviewer and the publisher. We do not accept plagiarism or other unethical behavior. Thus, it follows the guidelines of the [2nd World Conference on Research Integrity](#), Singapore, July 22-24, 2010.

Duties of Editors

- **Publication decision:** The journal's editor is responsible for deciding which of the articles submitted to the journal should be published. The editor is guided by the policies of the journal's editorial board and constrained by such legal requirements as shall then be in force regarding libel, copyright infringement and plagiarism. The editor may consult with editorial board or reviewers in decision making.
- **Fair play:** The editor should evaluate manuscripts for their intellectual content without regard to race, gender, sexual orientation, religious belief, ethnic origin, citizenship, or political philosophy of the authors.
- **Confidentiality:** The editor and any editorial staff must not disclose any information about a submitted manuscript to anyone other than the corresponding author, reviewers, potential reviewers, other editorial advisers, and the publisher, as appropriate.
- **Disclosure and Conflicts of interest:** The editor must not use unpublished information in his/her own research without the express written consent of the author. The editor should recuse him/herself from considering manuscripts in which he/she has conflicts of interest resulting from competitive, collaborative, or other relationships or connections with any of the authors, companies, or (possibly) institutions connected to the papers.
- **Involvement and cooperation in investigations:** The editor should take reasonable responsive measures when ethical complaints have been presented concerning a submitted manuscript or published paper.

Duties of Reviewers

- **Contribution to Editorial Decision:** Peer review assists the editor in making editorial decisions and through the editorial communications with the author may also assist the author in improving the paper.
- **Promptness:** Any selected referee who feels unqualified to review the research reported in a manuscript or knows that its prompt review will be impossible should notify the editor and excuse himself from the review process.
- **Confidentiality:** Any manuscripts received for review must be treated as confidential documents. They must not be shown to or discussed with others.

- **Standards of Objectivity:** Reviews should be conducted objectively and referees should express their views clearly with supporting arguments.
- **Acknowledgement of Source:** Peer reviewers should identify relevant published work that has not been cited by the authors. The peer reviewer should also call to the editor's attention any substantial similarity or overlap between the manuscript under consideration and any other published paper of which they have personal knowledge.
- **Disclosure and Conflicts of Interest:** Privileged information or ideas obtained through peer review must be kept confidential and not used for personal advantage. Reviewers should not consider manuscripts in which they have conflicts of interest resulting from competitive, collaborative, or other relationships or connections with any of the authors, companies, or institutions connected to the papers.

Duties of Authors

- **Reporting standards:** Authors of reports of original research should present an accurate account of the work performed as well as an objective discussion of its significance. Underlying data should be represented accurately in the paper. A paper should contain sufficient detail and references to permit others to replicate the work. Fraudulent or knowingly inaccurate statements constitute unethical behavior and are unacceptable.
- **Originality and Plagiarism:** The authors should ensure that they have written entirely original works, and if the authors have used the work and/or words of others that this has been appropriately cited or quoted. Plagiarism in all its forms constitutes unethical publishing behavior and is unacceptable.
- **Multiple or Redundant Publication:** An author should not in general publish manuscripts describing essentially the same research in more than one journal or primary publication. To publish the same article in different journals without informing the editors and having their agreement constitute unethical publishing behavior and is unacceptable.
- **Acknowledgement of Sources:** Proper acknowledgment of the work of others must always be given. Authors should cite publications that have been influential in determining the nature of the reported work. Information obtained privately, as in conversation, correspondence, or discussion with third parties, must not be used or reported without explicit, written permission from the source. Information obtained in the course of confidential services, such as refereeing manuscripts or grant applications, must not be used without the explicit written permission of the author of the work involved in these services.
- **Authorship of the Paper:** Authorship should be limited to those who have made a significant contribution to the conception, design, execution, or interpretation of the reported study. All those who have made significant contributions should be listed as co-authors. Where there are others who have participated in certain substantive aspects of the research project, they should be acknowledged or listed as contributors. The corresponding author should ensure that all appropriate co-authors and no inappropriate co-authors are included on the paper, and that all co-authors have seen and approved the final version of the paper and have agreed to its submission for publication.

- **Disclosure and Conflicts of Interest:** All authors should disclose in their manuscript any financial or other substantive conflict of interest that might be construed to influence the results or interpretation of their manuscript. All sources of financial support for the project should be disclosed.
- **Fundamental errors in published works:** When an author discovers a significant error or inaccuracy in his/her own published work, it is the author's obligation to promptly notify the journal editor or publisher and cooperate with the editor to retract or correct the paper.

Duties of the Publisher

We are committed to ensuring that advertising, reprint or other commercial revenue has no impact or influence on editorial decisions.

Our articles are peer reviewed to ensure the quality of scientific publishing and we are also users of CrossCheck (CrossRef's plagiarism software).

* This statement is based on Elsevier recommendations and COPE's Best Practice Guidelines for Journal Editors.